

Desbloqueando a economia social

Rumo a uma sociedade inclusiva e resiliente

RELATÓRIO DE INSIGHTS

Em colaboração com a Deloitte



Índice

3	Prefácio
4	Prefácio Brasileiro
5	Preâmbulo
6	Sumário executivo
8	Introdução
9	1. A economia social explicada
10	1.1 Introdução à economia social
12	1.2 Espectro de modelos econômicos
13	1.3 Ambição compartilhada para a economia social
14	1.4 Visão global da economia social
18	2. O potencial da economia social
19	2.1 Riscos globais desafiam o modelo econômico existente
19	2.2 Enfrentando as desigualdades com inovação social
20	2.3 Inclusão por meio de empregos e empoderamento local
21	2.4 Mudança sustentável para uma economia verde
23	2.5 Liderando uma transição digital inclusiva
24	2.6 Demonstrando resiliência durante crises
26	2.7 Barreiras atuais para o desbloqueio do potencial pleno
28	3. Ações para o desbloqueio do potencial
29	3.1 Duas mudanças para maximizar o impacto da economia social
30	3.2 Criando redes para a construção de confiança e compreensão
32	3.3 Inspirando o setor privado com modelos de negócio inovadores
33	3.4 Construindo ambientes políticos melhores
34	3.5 Cinco prioridades políticas para promover a economia social
38	3.6 Duas prioridades políticas para recalibrar a economia dominante
40	4. Conclusão: a economia social desbloqueada
43	Colaboradores
44	Agradecimentos
45	Notas de fim

Aviso legal

Este documento é publicado pela Schwab Foundation for Social Entrepreneurship e pelo Fórum Econômico Mundial como uma contribuição para um projeto, uma área de insight ou uma interação. As constatações, interpretações e conclusões aqui expressas são resultado de um processo colaborativo facilitado e endossado pela Schwab Foundation, mas cujos resultados não representam necessariamente os pontos de vista da Schwab Foundation, nem da totalidade de seus Membros, Parceiros ou outras partes interessadas.

Este documento foi criado em colaboração com a Deloitte. As constatações, interpretações e conclusões aqui expressas não representam necessariamente as visões da Deloitte.

A adaptação para a edição portuguesa foi feita por Catalyst2030, capítulo Brasil.

© 2022 Fórum Econômico Mundial e Schwab Foundation for Social Entrepreneurship.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia e gravação, ou por qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações.

Prefácio



Hilde Schwab,
Cofundadora e Presidente
da Schwab Foundation for
Social Entrepreneurship



Sharon Thorne,
Presidente Global da Deloitte



François Bonnici,
Diretor na Schwab
Foundation for Social
Entrepreneurship; Diretor de
Inovação Social no Fórum
Econômico Mundial

Este relatório de insights mostra as muitas maneiras pelas quais a economia social, alimentada pela inovação social, pode enfrentar alguns dos desafios de desenvolvimento mais urgentes da nossa geração ao mesmo tempo em que contribui para a criação de empregos e para uma atividade econômica continuada.

Apesar dos ganhos significativos em desenvolvimento alcançados ao longo do último meio século, o sistema econômico global atual carece de ferramentas apropriadas para enfrentar os desafios da sociedade de forma oportuna, adequada e equitativa.

Por outro lado, o poder da economia social e seus modelos de negócio baseados em valor mostraram como desafios sociais também podem constituir oportunidades. A economia social criou um crescimento econômico global inclusivo e resiliente. Seu potencial para apoiar o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento previstos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é imenso.

Este relatório é o resultado de um esforço de metapesquisa, reunindo pesquisadores, profissionais e especialistas em economia social de todo o mundo. Ele oferece insights sobre como o setor funciona, seu potencial e as barreiras que busca superar.

O trabalho que embasou este relatório foi conduzido pela Schwab Foundation, Catalyst 2030 e Euclid Network, como parte da COVID Response Alliance for Social Entrepreneurs e do Centre for the New Economy and Society do Fórum Econômico Mundial. O relatório foi criado em estreita parceria com a Deloitte e com o

Grupo de Trabalho sobre o Desbloqueio da Economia Social, com curadoria da COVID Response Alliance, contando com especialistas em economia social de organizações multilaterais, organizações não governamentais, empresas privadas e empresas sociais. Seus inestimáveis insights contribuíram para este relatório panorâmico abrangente, que tem como objetivo claro desbloquear o pleno potencial da economia social em todo o mundo.

Para entender esse potencial, duas mudanças são necessárias. Primeiro, promover a economia social como um setor. Em segundo lugar, aplicar as lições da economia social ao processo coletivo de criação de economias nacionais e globais mais inclusivas e sustentáveis. Para concretizar ambas as mudanças, este relatório apresenta uma variedade de prioridades políticas que comprovadamente promovem a economia social em diferentes contextos.

Por meio deste relatório, apresentamos uma introdução à economia social e começamos a explicar seu potencial de orientar uma transição digital inclusiva e uma economia verde. Apresentamos prioridades políticas tangíveis

para permitir que formuladores de políticas públicas promovam a economia social e avancem em direção a um sistema econômico orientado por valores. Também esperamos inspirar empresas a firmarem parcerias com inovadores sociais e adotarem suas práticas. Acima de tudo, visamos estimular o diálogo entre formuladores de políticas, líderes empresariais, empreendedores sociais e a sociedade civil em todo o mundo para moldar a agenda futura sobre a economia social.

Prefácio Brasileiro

Há décadas a economia de impacto socioambiental desempenha um papel essencial para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Fato ainda mais evidenciado com a articulada resposta da sociedade civil organizada e do setor privado ao enfrentamento da pandemia COVID-19.

O Decreto Presidencial nº 11.646¹, publicado em agosto de 2023 e que institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto também comprova a maturidade do ecossistema brasileiro na medida em que define os parâmetros para a articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil na promoção de um ambiente favorável a este inovador sistema econômico.

O capítulo brasileiro do Catalyst 2030 – movimento global de inovadores sistêmicos de impacto socioambiental lançado no Fórum Econômico Mundial em 2020 para acelerar o alcance aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – foi convidado a ser membro do Comitê da Economia de Impacto.

O movimento reúne 3.420 inovadores sistêmicos de impacto socioambiental, 2.410 instituições (Negócios de Impacto, Organizações da Sociedade Civil, Investidores, Filantropos, Organizações Intermediárias) em 128 países, atingindo mais de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo.

Os inovadores sistêmicos de impacto possuem uma visão holística e articuladora e são peça fundamental no desenvolvimento da Economia de Impacto, uma vez que criam soluções multissetoriais e colaborativas a fim de alcançar impacto e escala duradouros.

Este relatório apresenta a evolução e o panorama da Economia de Impacto no Brasil e no Mundo. São exemplos concretos de inovação sistêmica no campo por meio de tecnologia socioambiental, soluções em políticas públicas, normativas e estruturas financeiras empreendidas pelos

inovadores sistêmicos. E assim, esclarece de maneira prática o que podemos fazer juntos para destravar esta Economia.

Em sete diretrizes, o relatório propõe ações que fortalecem a Economia de Impacto existente e que oferecem à economia vigente e dominante soluções que a tornem mais orientada para o valor entregue, em um novo e convergente modelo econômico.

A versão traduzida para a língua portuguesa é um esforço do capítulo brasileiro do Catalyst 2030 para ampliar o alcance do Relatório para os países Sul Global nativos em português.

O Brasil e o Mundo clamam por uma economia mais regenerativa, sustentável, inclusiva e resiliente para o enfrentamento das poli crises globais que vivenciamos atualmente.

É necessário um esforço conjunto e coletivo em que todos são necessários e relevantes. Vamos em frente!

Comitê Estratégico do Catalyst2030 - Brasil

Preâmbulo



Rodrigo Sobral Rollemberg,

Secretário(a) de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria da

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil

Prestes a completar o primeiro ano da nova gestão do Governo Federal, o Brasil está em posição estratégica para assumir seu protagonismo no cenário mundial no enfrentamento dos complexos e urgentes problemas sociais e ambientais do nosso planeta.

Estima-se que o valor total de investimentos de impacto social ultrapasse US\$1,1 trilhão em todo mundo, com previsão de atingir US\$1,8 trilhão até 2030.2 No Brasil os valores são ainda modestos, mas não menos expressivos.

O relatório “A importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil e suas Regiões”³ aponta que este segmento da Economia de Impacto - com finanças superavitárias sem finalidade de distribuição de lucros - representa 4,27% do PIB nacional o equivalente a R\$220 bilhões e emprega 6 milhões de pessoas. Os negócios de impacto - segmento em que há distribuição de lucros atrelado às metas de impacto socioambiental - movimentaram R\$11,5 bilhões em ativos sob gestão em 2020.4

A resolução “Promoting the Social and Solidarity Economy for Sustainable Development” (Promoção da Economia Solidária e de Impacto Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável) (A/77/L.60) foi adotada durante a 66ª sessão plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em abril de 2023. Ela reconhece a importância da Economia de Impacto para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para a promoção da democracia e da justiça social e encoraja os estados membros a implementar estratégias nacionais, regionais e locais de políticas públicas e de programas de apoio em direção a um novo sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo.

Diante deste cenário, o Governo Federal Brasileiro assinou em agosto de 2023 o Decreto 11.646 instituindo a Estratégia Nacional da Economia de Impacto (ENIMPACTO) com a finalidade de promover um ambiente local favorável e propulsor por meio da articulação entre os órgãos da

administração pública federal, o setor privado e a sociedade civil organizada.

A ENIMPACTO está fundamentada em cinco objetivos: (i) ampliação da oferta de capital para a economia de impacto; (ii) aumento do número de negócios de impacto; (iii) fortalecimento das organizações intermediárias; (iv) promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável à economia de impacto; e (v) articulação Interfederativa com Estados e Municípios no fomento à economia de impacto.

Caberá ao Comitê da Economia de Impacto - órgão consultivo composto por 25 representantes de órgãos públicos federais e 25 representantes do setor privado, sociedade civil, de organismos multilaterais e de associações representativas de Estados e Municípios - propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional.

Por meio da ENIMPACTO, do Plano de Transformação Ecológica, incluindo políticas para bioeconomia e economia verde, da Presidência do Brasil no G20 2024 e a COP 30 em 2025, o país reforça a sua importância vital e sua responsabilidade na agenda econômica para a transformação sistêmica em direção ao impacto socioambiental que o planeta Terra precisa.

Parabenizo todos os envolvidos neste importante relatório e conto com seu apoio e experiência para alcançarmos nosso objetivo comum de levar a economia de impacto socioambiental ao próximo nível em escala mundial.

Executive summary

O mundo está enfrentando os desafios interconectados da desigualdade e das mudanças climáticas, em conjunto com os riscos econômicos, ambientais, tecnológicos, geopolíticos e de saúde pública associados.

A pandemia de COVID-19, por exemplo, não é uma crise comum. A pior emergência de saúde em mais de um século causou danos estruturais à economia real e à vida das pessoas em uma escala que o tradicional conjunto de planos de estímulo fiscal e monetário teve dificuldades em lidar. O descompasso entre a natureza do choque e as alavancas macroeconômicas disponíveis para abordá-lo desencadeou um foco renovado em modelos inclusivos de desenvolvimento econômico que construam coesão social e abordem as desigualdades sociais.

Ao longo de décadas, empresas sociais, cooperativas e organizações sem fins lucrativos inovadoras e empreendedoras priorizaram o valor social e ambiental e fizeram a diferença onde importa: em campo, entre milhões de comunidades e ecossistemas naturais que enfrentam perdas e danos. Esses agentes adotam objetivos sociais e modelos de governança explícitos e trabalham com grupos que enfrentam barreiras de gênero, raça, habilidade e classe econômica. Chamados, em conjunto, de economia social, eles proporcionam um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

À medida que são feitos planos de recuperação e transição para se navegar entre a pandemia e as mudanças climáticas, governos estão reconhecendo o potencial da economia social no enfrentamento de desafios nacionais e globais. Apesar de seu potencial, economias sociais em todo o mundo encontram barreiras comuns que as impedem de crescer, como visibilidade limitada, falta de uma estrutura jurídica e regulatória de apoio e acesso restrito aos mercados.

Para desbloquear o potencial da economia social, duas mudanças são necessárias:

- Promover a economia social existente por meio do desenvolvimento de um ecossistema de apoio
- Alavancar o potencial da economia social para recalibrar a economia mais ampla e dominante de modo que ela se torne mais orientada para o valor

Para ajudar a entregar a **primeira mudança**, este relatório descreve cinco prioridades políticas

concretas que governos podem desenvolver para construir economias mais inclusivas e resilientes:

1. Reconhecer a economia social e construir estruturas regulatórias de apoio

O reconhecimento político dos empreendedores sociais, diálogo regular e desenvolvimento de ambientes regulatórios de apoio provaram ser de suma importância para o crescimento do setor.

2. Criar incentivos para financiamento, tributação e investimento

Governos podem contribuir para o crescimento da economia social por meio de investimento público, tributação favorável e incentivo ao investimento privado no setor. Os mecanismos necessários incluem incentivos fiscais, alívio de barreiras regulatórias, alavancagem de estruturas fiscais, redução do risco de financiamentos privados e desenvolvimento de mecanismos híbridos que misturem investimento público e privado.

3. Expandir a educação e a pesquisa

Expandir e melhorar a educação e a pesquisa sobre inovação social, empresas sociais e economia social em escolas e universidades pode aumentar a visibilidade da economia social e, assim, atrair conhecimento especializado e talentos

4. Tornar canais de compras públicas e privadas mais inclusivos

O setor público pode optar por comprar bens e serviços de empresas que oferecem valor social e ambiental, ou que são lideradas por mulheres, grupos minoritários ou pessoas com deficiência. Dessa forma, a contratação se torna um veículo para cumprir objetivos para além da entrega de produtos ou serviços, como a reintegração daqueles sem emprego por muito tempo nos mercados de trabalho e a integração de grupos excluídos ou vulneráveis em redes sociais e de emprego. Governos também podem criar incentivos fiscais para que o setor privado compre de agentes da economia social.

5. Coletar, mensurar e visualizar dados de impacto social

Para aumentar a visibilidade do setor, os governos são incentivados a sistematicamente mensurar e apresentar estatísticas sobre a economia social que vão além dos indicadores tradicionais (por exemplo, contribuição para o crescimento econômico e a criação de empregos) e a capturar os impactos sociais e ambientais da economia social, incluindo métricas além do PIB.

A economia social representou cerca de 7% do PIB global em 2017 e aumenta a empregabilidade em todas as economias.⁵ Somente na UE, havia 2,8 milhões de empresas de economia social em 2020, empregando 13,6 milhões de pessoas e representando até 9,9% da taxa de emprego em alguns países.⁶

A **segunda mudança** vai além da promoção do setor de economia social existente, visando recalibrar a economia mais ampla e dominante para que se torne mais orientada para o valor. Muitas vezes, agentes da economia social foram pioneiros em inovações sociais e ambientais, com um histórico de co-desenvolvimento de soluções posteriormente adotadas pela economia dominante. Eles podem trazer contribuições socialmente justas e inclusivas para as transições verde e digital, podendo atuar como fonte de inspiração para o setor privado em seus objetivos ASG.

As duas prioridades políticas detalhadas neste relatório para recalibrar a economia dominante são:

1. **Melhorar a prestação de contas e adotar a taxonomia**
2. **Apoiar a inovação e modelos de negócio participativos**

Through the adoption of frameworks of accountability, taxonomies of social reporting, and more participatory business and governance models, the social economy can contribute to the structural transformation of our current economic model and its persistent challenges.

Por meio do uso de estruturas de prestação de contas, taxonomias de relatórios sociais e modelos de negócio e governança mais participativos, a economia social pode contribuir para a transformação estrutural do nosso modelo econômico atual e de seus desafios persistentes.

Fazendo-se as transições necessárias agora, a economia social pode ajudar a acelerar as economias existentes rumo a um futuro mais inclusivo e sustentável. Isso ajudará a evitar trilhões de dólares em custos que, de outra forma, poderiam ser acarretados pela falha em garantir uma maior coesão social, combater desigualdades sistêmicas e mitigar as mudanças climáticas e seus impactos.

Foto: Novica, EUA



Introdução

A economia social tem o potencial de gerar novos empregos em uma recuperação inclusiva rumo a uma economia orientada para o valor.

O objetivo deste relatório de insights é apresentar a economia social como um mecanismo comprovado e uma oportunidade para enfrentar as desigualdades socioeconômicas atuais. Ele se baseia em um conjunto rico e diversificado de pesquisas disponíveis sobre o surgimento da economia social ao longo de várias décadas, as quais comprovam repetidamente o potencial do setor para liderar o desenvolvimento inclusivo e sustentável. O relatório mostra a distinta capacidade da economia social de abordar as desigualdades com inovação social, guiar o desenvolvimento inclusivo de comunidades locais, construir um modelo de transição digital e verde inclusivo e criar sistemas socioeconômicos que se mostrem resilientes durante crises.

Além disso, o relatório revela a prevalência da economia social em diferentes regiões do mundo e descreve seu escopo, bem como os diferentes ambientes políticos em que opera. Vários desafios para a aceleração do surgimento da economia social são identificados em todas as geografias, desde a falta de visibilidade e de estruturas regulatórias de apoio até barreiras de acesso a mercados e financiamento.

Duas mudanças são apresentadas neste relatório para o desbloqueio do potencial da economia social. A primeira mudança promove a economia social existente. A segunda, recalibra a economia em geral para que esta se torne mais orientada para o valor. Os formuladores de políticas desempenham um papel especial na criação de um ambiente político de apoio para que ambas as mudanças se concretizem. As principais prioridades políticas para a primeira mudança incluem:

- Reconhecer a economia social e construir estruturas regulatórias de apoio
- Melhorar o acesso a capital criando incentivos para financiamento, tributação e investimento
- Aumentar a conscientização e atrair talentos locais para a economia social por meio da expansão da educação e da pesquisa.
- Permitir o acesso a mercados relevantes ao tornar os canais de compras públicas e privadas mais inclusivo
- Reconhecer a economia social por meio da coleta, mensuração e visualização de dados de impacto social

A segunda mudança exige alavancar o que a economia social tem para oferecer à economia em geral e multiplicar seu impacto. As principais prioridades políticas para esta mudança incluem:

- Melhorar a prestação de contas e adotar a taxonomia: estruturar políticas de prestação de contas, governança e transparência com base em insights do setor da economia social
- Apoiar a inovação e modelos de negócio participativos: integrar e fortalecer essas políticas para recalibrar a economia existente para que se torne mais orientada para o valor

Viabilizar essas duas mudanças possibilitará que formuladores de políticas avancem além da resposta imediata a crises, rumo à criação de sistemas socioeconômicos mais resilientes e inclusivos para o futuro.

Metodologia do relatório

Este relatório é uma meta-análise de estudos independentes e emprega uma abordagem de método misto, envolvendo:

- Revisão de mais de 104 periódicos, relatórios, literatura e artigos sobre economia social, empreendedores sociais e contextos específicos de cada país
- Quinze entrevistas semiestruturadas com especialistas, formuladores de políticas e profissionais, incluindo representantes de governos, organizações internacionais, empresas sociais, empresas privadas, organizações não governamentais e universidades
- Três rodadas de consulta com o Grupo de Trabalho sobre o Desbloqueio da Economia Social do Fórum Econômico Mundial

Uma revisão inicial da literatura forneceu informações ao relatório sobre as evidências dos impactos da economia social em todo o mundo, enquanto as entrevistas forneceram insights mais profundos sobre as barreiras contínuas enfrentadas pelo desenvolvimento da economia social e seu potencial para resolver uma variedade de desafios enfrentados pela sociedade. Os insights das entrevistas foram, então, complementados por uma segunda fase de revisão da literatura.

1

A economia social explicada

Valendo-se de décadas de experiência adquirida por organizações orientadas para o impacto, a economia social criou um setor econômico mais inclusivo e sustentável. A economia social oferece uma maneira de reconceituar os modelos socioeconômicos atuais, proporcionando um senso de propósito para uma economia resiliente e adequada para o futuro.

Foto: Schwab Foundation
for Social Entrepreneurship,
Suíça



1.1 Introdução à economia social

A economia social abrange múltiplos modelos com uma ambição comum de criar um paradigma econômico mais inclusivo e sustentável. Ela é composta por um conjunto altamente heterogêneo de agentes privados, incluindo associações, cooperativas, fundações, organizações sem fins lucrativos, grupos voluntários e empresas sociais. Os empreendedores sociais podem variar muito em suas formas jurídicas, titularidade, tamanho, foco setorial e público-alvo.

Eles existem em todos os setores, trabalhando em educação, saúde, bem-estar social, serviços

financeiros e de seguros, habitação e imóveis, agricultura e florestas, tecnologia e gestão de resíduos, bem como nas artes, cultura e mídia (Figura 1).⁷ Empreendedores sociais compartilham a ambição de criar um impacto social positivo. Eles colocam as pessoas e o meio ambiente em primeiro lugar e investem a maior parte de seus lucros de volta em suas organizações ou os canalizam para as causas ou beneficiários de sua escolha.

FIGURA 1: **Introdução a uma economia social orientada para o valor**



A economia social coloca desafios e oportunidades sociais e ambientais no centro da atividade econômica. O que marca a economia social como única é o fato de ela colocar “propósito antes do lucro”. Os empreendedores sociais realizam atividades no interesse de seus membros e beneficiários (“interesse coletivo”) ou da sociedade

em geral (“interesse geral”), sendo administrados de acordo com a visão acima apresentada.⁹ Embora não haja uma definição universalmente reconhecida para economia social, e algumas variações geográficas no contexto, a maioria das definições contém esses elementos-chave. Um entendimento comum das características principais

e do ecossistema mais amplo envolvido será fundamental para permitir o desenho de políticas que apoiem da maneira ideal os empreendedores sociais.¹⁰

Historicamente, essas organizações colocaram o interesse social e ambiental antes do lucro. No entanto, surgiu recentemente uma tendência

em que empreendedores sociais, especialmente empresas sociais, têm ambos – propósito e lucro

Alguns exemplos do conjunto diverso de pessoas jurídicas que participam da economia social podem ser vistos na Figura 2, que descreve o escopo de diferentes modelos e pessoas jurídicas, não se tratando de uma análise exaustiva.

FIGURA 2: Tipos de organizações da economia social



Associações

Associações normalmente buscam um propósito social e/ou promovem um interesse social. São caracterizadas por uma filiação voluntária e por direitos igualitários ao voto. Elas geralmente se envolvem em trabalho voluntário ou de ativismo.¹¹



Cooperativas

Cooperativas geralmente são associações de pessoas unidas em torno de um conjunto comum de necessidades e valores sociais, econômicos e/ou culturais. São empresas de propriedade coletiva administradas democraticamente.¹²



Fundações

Fundações são caracterizadas por sua estrutura de governança. São fundamentalmente administradas por diretores ou administradores de um fundo e recebem doações ou presentes. Elas podem financiar e realizar pesquisas, apoiar projetos, fornecer subsídios ou financiar trabalhos voluntários.¹³ Com frequência, financiam ou realizam seus próprios projetos em apoio a necessidades sociais ou ambientais de acordo com seus princípios e valores.¹⁴



Sociedades mútuas

Mutuals are enterprises providing insurance services, complementary social security schemes and small-value services of a social nature. Their primary purpose is to satisfy common needs while not making profits or providing a return on capital. They are often governed democratically, based on principles of solidarity between members.



Organizações sem fins lucrativos

Organizações sem fins lucrativos não buscam o lucro como objetivo principal, mas sim atender ao interesse público. Normalmente, essas organizações dependem de financiamento externo e, com frequência, não pagam imposto de renda, em reconhecimento à sua missão de servir ao público.¹⁷ No entanto, algumas organizações sem fins lucrativos adotaram atividades híbridas, como obter receita ou prestar serviços a governos sob contrato para melhorar seus fluxos de renda.¹⁸ Organizações sem fins lucrativos são o pilar da sociedade civil organizada e procuram defender, prestar serviços e garantir a prestação de contas por partes interessadas à medida que buscam resolver os desafios da sociedade.



Empresas sociais ou de impacto

Empresas sociais, ou empresas de impacto, colocam propósitos sociais ou ambientais em primeiro lugar e, muitas vezes, adotam uma maneira empreendedora e inovadora de fornecer bens e serviços visando lucro. Com frequência, são administradas democraticamente e podem retornar lucros às suas partes interessadas, à empresa ou, em alguns casos, também a acionistas.¹⁹

1.2 Espectro de modelos econômicos

Além da definição tradicional de economia social, existem outros atores econômicos que contribuem para economias mais inclusivas e sustentáveis. Muitas empresas têm sido orientadas para valores sociais há séculos. Civilizações da Índia antiga, Babilônia e Roma codificaram pela primeira vez entidades jurídicas como sociedades, associações e corporações para criar impacto social por meio da prestação de serviços públicos, de educação, filantropia e orientação espiritual. No entanto, esse vínculo claro entre atividade econômica e social tornou-se cada vez mais fraco por meio da formalização da constituição de empresas ocorrida no século XIX.²⁰

Relatório ASG

A criação de relatórios sobre desempenho corporativo em tópicos de sustentabilidade começou como uma iniciativa de prestação de contas orientada para as partes interessadas há pouco mais de 30 anos. Hoje, a divulgação de sustentabilidade – também chamada de relatório ASG (ambiental, social e governança) ou relatórios não financeiros – é mais relevante do que nunca para uma ampla gama de públicos, incluindo formuladores de políticas, consumidores, funcionários, investidores e organizações da sociedade civil. Empresas líderes e seus conselhos, responsáveis por todos os relatórios corporativos, agora visam não apenas prestar contas aos acionistas, mas também definir seu propósito e benefícios para todas as partes interessadas.²³

A Figura 3 ilustra o espectro de modelos organizacionais, da sociedade civil a negócios, com os modelos de economia social na interseção. Organizações da sociedade civil, como ONGs, ocupam um lugar distinto no sistema, proporcionando desenvolvimento social e comunitário em nichos nos quais nem governos e nem empresas são ativos, ou defendendo os direitos dos cidadãos.²⁴ Os esforços filantrópicos de fundações e empresas privadas têm um

Todavia, as práticas empresariais continuaram a evoluir seus valores sociais junto com seus esforços econômicos, cultivando relações informais e formais entre suas atividades e questões sociais.²¹ Hoje, as empresas estão cada vez mais usando métricas e padrões não financeiros para divulgar seu desempenho ambiental, social e de governança (ASG). Em setembro de 2020, o Fórum Econômico Mundial, juntamente com vários parceiros do setor privado, lançou sua iniciativa Stakeholder Capitalism Metrics para impulsionar a convergência entre as estruturas ASG existentes rumo a um conjunto comum de métricas, permitindo uma comparação de dados ASG entre empresas em todas as geografias e setores.²²

papel fundamental no apoio financeiro a essas organizações da sociedade civil e na garantia de que elas possam desempenhar seu papel dentro do sistema mais amplo.

O espectro dos empreendedores sociais é distinto na criação intencional de soluções de impacto para a sociedade e o meio ambiente como seu principal propósito.

FIGURA 3: Empreendedores sociais no espectro entre caridade e negócios



Fonte: Adaptado de J. Kingston Venturesome, CAF Venturesome and European Venture Philanthropy Association (2015)

1.3 | Ambição compartilhada para a economia social

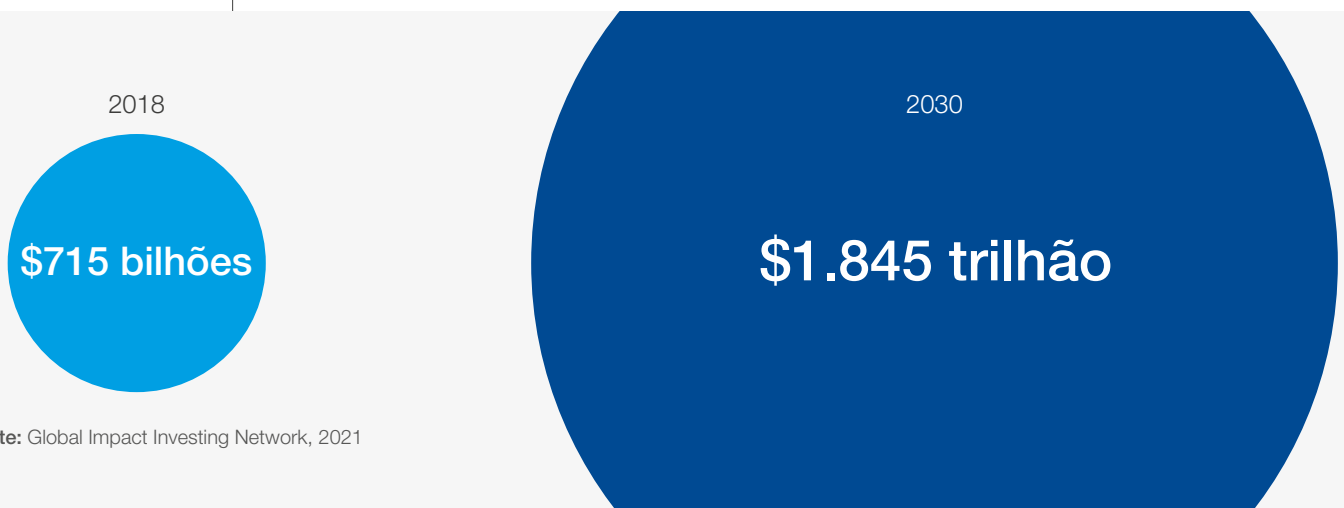
Os empreendedores sociais compartilham uma ambição e estão ligados por diferentes valores para criar oportunidades econômicas mais inclusivas e sustentáveis, caracterizadas por formas específicas de trabalho:²⁵

- Liderança em inovações sociais e ambientais e participação no codesenvolvimento de soluções
- Capacitação e apoio a comunidades locais para que se desenvolvam e avancem pelo aumento das possibilidades de emprego em mercados locais
- Contribuição para uma mudança sustentável rumo a uma economia verde pela adoção de uma abordagem baseada em valores

- Liderança de uma transição digital inclusiva por meio da democratização e do aumento do acesso a ferramentas digitais
- Construção de resiliência a choques e amortecimento dos impactos negativos de crises sobre comunidades
- Inspiração para que o setor privado mude rumo a práticas de negócio mais inclusivas e sustentáveis

Essa ambição compartilhada permitiu que os empreendedores sociais fortalecessem seus atributos específicos, gerando impactos positivos comprovados nas sociedades e no meio ambiente em diferentes economias ao redor do mundo.

FIGURA 4: Mercado de investimentos de impacto – previsão 2030



Fonte: Global Impact Investing Network, 2021

Enquanto isso, as formas de capital que exigem um retorno além do lucro monetário estão crescendo. O mercado de investimentos de impacto totalizou cerca de US\$ 715 bilhões²⁶ de ativos sob sua administração em 2019. Estimando uma taxa de crescimento de 9%²⁷ ao ano para esses ativos, poderíamos prever que esse mercado, sozinho, cresceria para US\$ 1,845 trilhão até 2030 (Figura 4).

A Harvard Kennedy School estimou recentemente o valor dos ativos detidos por fundações filantrópicas globais em US\$ 1,5 trilhão, com um poder aquisitivo anual de US\$ 150 bilhões em um mercado em rápido crescimento e com organizações primariamente jovens.²⁸ Da mesma forma, os gastos com ajuda externa totalizaram

1.4 Visão global da economia social

O ecossistema da economia social já está presente em todas as regiões do mundo, mas seu tamanho e maturidade variam muito entre os países, assim como as políticas que o governam e o viabilizam. Os ambientes político, jurídico e econômico definem as prioridades de cada país e seu nível de envolvimento com a economia social. Algumas nações já possuem um ecossistema favorável – com mecanismos de produção de relatórios e financiamento público – que catalisa a inovação social.³⁰

A economia social, com seu conjunto diversificado de atores e modelos de negócio, pode ser encontrada em todo o mundo. Confrontados por diferentes desafios e contextos políticos, tais modelos e atores abordam uma variedade de desafios, como a redução da desigualdade, a promoção de iniciativas positivas para a natureza e a criação de comunidades mais resilientes. Analisando diferentes regiões geopolíticas, a economia social tem muitas manifestações diferentes – alguns exemplos são apresentados na Figura 5.

FIGURA 5: Panorama da economia social por região geopolítica


Região	Origem e posição da economia social na região	Exemplos de contexto político e escala da economia social
 Ásia-Pacífico	<p>A economia social não é um fenômeno novo na Ásia-Pacífico.³¹ No entanto, terminologias como “economia de impacto” e “economia inclusiva” são também usadas. As políticas governamentais em relação a essas agendas vêm ganhando força na região.</p> <p>A Ásia-Pacífico combina um conjunto diversificado de sub-regiões, incluindo a Ásia Central, o Nordeste Asiático, o Sudeste Asiático, a Ásia Meridional e o Pacífico. Em muitos países, o conceito de economia social não é conhecido. Nos países onde é conhecido, a economia social está em diferentes estágios de desenvolvimento, dada a variação entre ambientes políticos e níveis de desenvolvimento socioeconômico, bem como no clima propício ou não aos negócios.³²</p>	<p>Políticas governamentais para permitir modelos e práticas de negócio inovadores – como empresas sociais, investimentos de impacto e negócios inclusivos – estão surgindo.</p> <p>Nacionalmente, os governos implementaram uma legislação para promover o empreendedorismo social, como a Lei de Promoção de Empresas Sociais, na Coreia do Sul, e para incentivar o investimento de impacto, como as iniciativas de títulos de impacto social no Japão.</p> <p>Regionalmente, ministros da economia da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) endossaram as “Diretrizes para a Promoção de Negócios Inclusivos na ASEAN”, tornando a ASEAN a primeira região do mundo a endossar tal conjunto de diretrizes para a promoção de negócios inclusivos.³³</p> <p>O trabalho informal na região emprega 1,3 bilhão de pessoas – a maior força de trabalho informal do mundo.³⁴ Somente no Sudeste Asiático, há até um milhão de empreendedores sociais.³⁵ Na Coreia do Sul, estima-se que a economia social tenha um valor de 3% do PIB do país.³⁶</p>

Foto: Proximity Designs, Myanmar



Região	Origem e posição da economia social na região	Exemplos de contexto político e escala da economia social
 <p>África Subsaariana</p>	<p>A África Subsaariana é caracterizada por uma economia social amplamente informal, pois muitos empreendedores sociais mantêm um propósito firme, mas não necessariamente são reconhecidos como empreendedores sociais. Isso geralmente os torna menos dependentes de subsídios do que em outras regiões.</p> <p>Embora a maioria dos empreendedores seja de pequeno porte, alguns estão operando em escalas maiores.³⁷ Os principais orientadores de propósito na região incluem criação de emprego, saúde, educação e agricultura. Há também uma alta ocorrência de atividades de empreendedorismo orientadas pela necessidade emergindo das comunidades locais.³⁸</p> <p>As ONGs têm restrições em comercializar ou operar conforme as forças do mercado, de modo que os empreendedores sociais frequentemente escolhem as entidades jurídicas com fins lucrativos disponíveis para tanto. Isso pode dificultar-lhes o acesso a capital de investimento de impacto.</p>	<p>O Governo de Gana desenvolveu uma Política de Empresa Social (GSEP).³⁹</p> <p>A Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Governo da Flandres e o Departamento Nacional de Desenvolvimento Econômico da África do Sul estão desenvolvendo uma política de economia social para criar acesso a empregos decentes e promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.⁴⁰</p> <p>O número estimado de empregos criados por empresas sociais na África Subsaariana estava entre 28 e 41 milhões em 2020.⁴¹</p> <p>Um livro verde do Departamento de Comércio, Indústria e Concorrência da África do Sul estimou a economia social em mais de 240.000 empreendedores que geraram cerca de 4,5% do PIB e 5,6% ou mais de 900.000 empregos em 2019.⁴²</p>
 <p>Europa</p>	<p>A dinâmica da economia social difere entre a Europa Ocidental e Oriental. No sudoeste da Europa, o conceito de economia social e solidária tem uma longa história. Assim, há geralmente um nível maior de reconhecimento da economia social na Europa Ocidental.</p> <p>Na Europa Oriental, a ideia de economia social está menos bem estabelecida, embora alguns países, como a Letônia, tenham desenvolvido leis sobre empresas sociais.</p> <p>Os países do Leste Europeu demonstram interesse em fortalecer suas economias sociais, com empreendedores nas áreas de educação, tecnologia e envolvimento jovem.</p>	<p>O tamanho das economias sociais varia na UE, mas é medido usando métricas econômicas tradicionais. Em toda a UE, 2,8 milhões de empreendedores sociais são responsáveis por mais de 6% do emprego na EU.⁴³ A economia social emprega de 9% a 10% da população ativa na Europa Ocidental, mas menos de 2% na Europa Oriental.⁴⁴</p> <p>A política da UE em relação à economia social centrou-se em cinco dimensões: 1) acesso a fundos, 2) acesso a mercados, 3) melhora das condições estruturais, 4) tecnologia internacional e nova e 5) modelos de negócio.⁴⁵</p> <p>Em dezembro de 2021, a Comissão Europeia lançou um Plano de Ação para a Economia Social de 10 anos para aumentar o investimento social e o desenvolvimento de políticas em toda a região.</p> <p>Algumas políticas nacionais com impacto significativo em suas economias incluem.⁴⁶</p> <ul style="list-style-type: none"> – “Adaptação via cooperativa” (Lei de 2006 sobre cooperativas sociais), na Polônia, que reconhece cooperativas sociais que integram pessoas desfavorecidas – “Adaptação via cooperativa” (Lei 381/1991 sobre cooperativas sociais), na Itália, que reconhece cooperativas que prestam serviços de assistência social e integração no mercado de trabalho

Região	Origem e posição da economia social na região	Exemplos de contexto político e escala da economia social
 <p>Oriente Médio e Norte da África</p>	<p>A economia social é um conceito novo na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), embora o Norte da África esteja familiarizado com o trabalho de cooperativas e com o termo “economia social e solidária”. A ideia de negociar com um propósito social está bem estabelecida na região, com raízes nas tradições islâmicas de Wakf (doação de caridade) e Zakat (doação anual de caridade).</p> <p>A economia social está frequentemente ligada à agricultura, às organizações religiosas, à cultura e às artes e aos ofícios criativos. Na Argélia, em partes do Levante (leste do Mediterrâneo) e nos Emirados Árabes Unidos, há um interesse crescente em ecoturismo, tecnologias verdes e agrotecnologia. Trata-se de um movimento emergente predominantemente liderado por jovens. Em algumas nações da região, a economia social é vista como uma solução para a criação de empregos – muitas vezes, para mulheres e jovens.</p> <p>A Wamda é um exemplo de hub regional de empreendedorismo que ajuda a acelerar o investimento em várias start-ups de saúde e tecnologia limpa na região.</p>	<p>O setor é formalmente reconhecido em países como Marrocos e Jordânia. Todavia, na maioria dos países, há uma falta de reconhecimento formal, e o ambiente operacional muitas vezes tem estruturas regulatórias complexas, que apresentam barreiras às start-ups.</p> <p>O apoio à capacitação tem sido, em grande parte, financiado por meio de doadores, o que significa que ele é frequentemente limitado pelo tempo. A maioria dos hubs de incubação não se especializa na economia social. Além do reconhecimento, o acesso a fundos é muitas vezes difícil, com o investimento social ainda em evolução</p> <p>No Marrocos, a Estratégia Nacional da Economia Social e Solidária 2010-2020 contém vários objetivos para fortalecer a economia social.</p> <p>O governo marroquino estabeleceu um objetivo de expandir a economia social de 1,6% do PIB, em 2010, para 3,9% do PIB.⁴⁷ No Sudão, 65% das empresas sociais foram criadas a partir de 2013.⁴⁸</p> <p>Faltam dados sobre os empreendedores sociais dessa região devido ao caráter parcialmente informal do setor e à falta de reconhecimento.</p>
 <p>América Latina e Caribe</p>	<p>América Latina e Caribe é uma região heterogênea que geralmente emprega conceitos relacionados à economia social, como empreendedorismo social ou ONGs. Em alguns países, é usado o termo “economia solidária”, ou “economia social e solidária”, enquanto outros empregam o termo “economia social”.⁴⁹</p> <p>Novos termos usados mais ativamente são negócios sociais ou Empresas B, mostrando a influência dos EUA.</p> <p>As economias da região são caracterizadas por uma grande força de trabalho informal. O nível de reconhecimento da economia social varia de país para país, com países como a Costa Rica reconhecendo associações desde 1939.⁵⁰</p> <p>Para enfrentar as desigualdades no Chile, o governo implementou uma ambiciosa agenda de reformas para fortalecer a distribuição de renda e melhorar a qualidade dos serviços públicos.⁵¹</p>	<p>Desde 1967, a Costa Rica implementou vários instrumentos políticos relevantes para reconhecer e apoiar a economia social e solidária, incluindo um decreto presidencial de 2015 para fortalecer a economia social e solidária.⁵²</p> <p>No Equador, a economia social compreende 25,7% do PIB do país⁵³, que tomou medidas para apoiar esse movimento.⁵⁴</p> <p>No Brasil, foi publicado o Decreto 11.646 em agosto de 2023, que instituiu a Estratégia Nacional de Economia de Impacto com o propósito de promover um ambiente favorável para empreendimentos de impacto socioambiental positivo e contribuir para um sistema econômico inclusivo, equitativo regenerativo.</p> <p>A articulação para a implantação e o monitoramento da ENIMPACTO caberá ao Comitê de Economia de Impacto composto por membros da administração pública nas 3 esferas de governo, do setor privado, da sociedade civil organizada e de organismos multilaterais.</p>


Região	Origem e posição da economia social na região	Exemplos de contexto político e escala da economia social
 <p>América do Norte</p>	<p>A América do Norte é composta por dois países principais: Canadá e EUA. O Canadá emprega uma terminologia e compreensão europeias de economia social nas políticas regionais que decretou. Nos EUA, investimento de impacto e um setor filantrópico substancial complementam uma economia tradicionalmente orientada para o lucro.</p> <p>Em uma pesquisa realizada pela Thomson Reuters Foundation sobre os melhores países para o empreendedorismo social em 2019, o Canadá foi nomeado a principal nação, enquanto os EUA caíram da posição nº 1 para a de nº 32.55 Essa região oferece reconhecimento maduro e base para um conjunto diversificado de atores que estão contribuindo para a economia social.</p>	<p>Em Québec, Canadá, a Lei da Economia Social foi aprovada para reconhecer a contribuição da economia social ao desenvolvimento socioeconômico do estado.⁵⁶</p> <p>Nos EUA, 38 estados aprovaram a legislação das corporações de benefícios (corp B, ou empresa B), desregulamentando o propósito de negócios e permitindo que empreendedores considerem os interesses dos seus acionistas, além do lucro.⁵⁷</p>

Foto: Boomera, Brasil



2

O potencial da economia social

Buscando impacto social e ambiental, além de serem mais resilientes durante as crises, modelos de economia social oferecem inspiração para uma recuperação inclusiva e sustentável.

Foto: myAgro, Senegal



2.1 Riscos globais desafiam o modelo econômico existente

A economia social tem o potencial de enfrentar alguns dos desafios mais urgentes do mundo e de criar economias mais resilientes e inclusivas. Considerando que os governos continuam a desempenhar um papel fundamental para garantir o acesso equitativo a serviços públicos, a economia social pode se tornar uma opção atraente para governos em fase de elaboração de novos planos de recuperação e transição, para as empresas que buscam se inspirar em modelos de negócio inovadores e inclusivos, e para a sociedade civil abraçar novas maneiras de se tornar menos dependente de subsídios.

De acordo com o [Relatório de Riscos Globais de 2021](#), publicado pelo Fórum Econômico Mundial, os próximos 10 anos apresentam desafios críticos, como riscos ambientais, a exclusão digital, violações de segurança cibernética e outras

pandemias de doenças infecciosas. Os riscos mais urgentes esperados nos próximos dois anos centram-se nas crises de emprego e meios de subsistência, na desilusão das gerações mais jovens, na desigualdade digital, na erosão da coesão social, na criminalidade cibernética e em ataques terroristas.⁵⁸

Quando essas crises se materializarem, elas infligirão custos econômicos enormes. A interconectividade das desigualdades socioeconômicas e dos riscos econômicos, ambientais, tecnológicos e geopolíticos globais coloca desafios sem precedentes para o sistema econômico mundial. Essas ameaças levantam questões sobre a capacidade de resposta adequada e oportuna do modelo econômico atual, bem como destacam o papel do status quo econômico na incitação a essas crises.

2.2 Enfrentando as desigualdades com inovação social



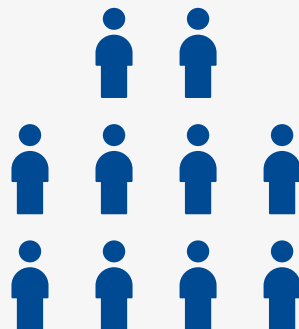
Income inequality has increased in most developed and many middle-income countries around the world. In the US, the cost of income inequality has been expressed as \$50 trillion in lost income to the average worker since 1975, amounting to nearly 12% of GDP. Initial data analysis of income inequality due to COVID-19 suggests that the pandemic has created new inequalities and exacerbated existing income

gaps. Income losses hit lower-skilled workers hardest, while existing occupational, racial and gender discrimination has translated into greater racial and gender inequalities in many countries. Moreover, wealth is becoming increasingly concentrated. For instance, studies show that during the first two years of the Covid-19 pandemic, 10 men have accumulated more wealth than the poorest 3.1 billion people.

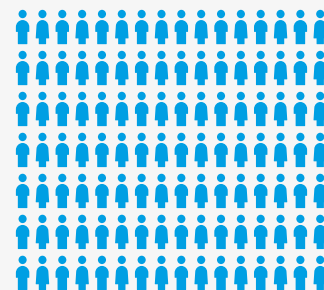
FIGURA 6: Desigualdade de riqueza

Após 2 anos de pandemia de COVID-19:

Os 10 homens mais ricos do mundo possuem 6 vezes mais riqueza



...do que os 3,1 bilhões de pessoas mais pobres.



Fonte: Oxfam 2022

Nos EUA, o custo da desigualdade de renda foi expresso em US\$ 50 trilhões em renda perdida para o do trabalhador médio desde 1975, totalizando quase 12% do PIB

Orientados por objetivos sociais em vez de lucro, os empreendedores sociais podem explorar oportunidades de nicho dentro dos mercados e desbloquear novos setores para grupos excluídos, ao mesmo tempo em que buscam uma combinação de objetivos sociais, ambientais, de inclusão e econômicos.⁶³ Possibilitar a cooperação e a inovação social junto a empreendedores

locais muitas vezes resulta em soluções codesenvolvidas e ancoradas localmente. Por meio do fortalecimento da atividade econômica local, a economia social fortalece a coesão social nesse nível, fomentando o capital social e, conseqüentemente, criando proteção social no longo prazo.

2.3 Inclusão por meio de empregos e empoderamento local



Empreendedores sociais demonstraram empoderar comunidades, bem como grupos excluídos e vulneráveis, por meio do aumento de sua empregabilidade

O [Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2021 da ONU](#) afirma que o mundo enfrenta um momento crítico na busca pelo cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável já estava atrasada antes da pandemia, com progresso estagnado no sentido de reduzir a desigualdade, erradicar a pobreza e reduzir a pegada de carbono da humanidade. Esses contratempos provocaram novas projeções de que os ODSs não seriam realizados até 2082, com mais de 50 anos de atraso.⁶⁴

A ambição dos empreendedores sociais de apoiar comunidades locais a se desenvolverem e avançarem por meio do aumento das possibilidades de emprego em mercados locais pode ajudar a empoderar as pessoas mais vulneráveis do mundo. Os empreendedores sociais são ativos em todos os setores, desde educação, saúde, bem-estar social, serviços financeiros e de seguros, habitação, agricultura e florestal, tecnologia e muito mais.⁶⁵

Empreendedores sociais demonstraram empoderar comunidades, bem como grupos excluídos e vulneráveis, por meio do aumento de sua empregabilidade. Ao abordar necessidades locais em territórios muitas vezes carentes, a atividade da economia social permite uma revitalização de comunidades.⁶⁶ A economia social tem o potencial de complementar os modelos de mercado de trabalho existentes de três maneiras principais:

- Oferecendo emprego direto e inclusivo
- Aprimorando possibilidades de emprego pela melhora das condições de mercado
- Auxiliando o empreendedorismo desde a conceituação até a realização.⁶⁷

Além disso, a economia social tem o potencial de remodelar economias informais oferecendo oportunidades de emprego e reforçando a proteção social dos cidadãos.⁶⁸ Muitas vezes, os empreendedores sociais atuam como intermediários, oferecendo produtos e serviços que proporcionam benefícios como proteção social, educação e serviços de saúde que criam uma interface permeável entre as economias informal e formal.

Por fim, os próprios empreendedores sociais costumam empregar sistemas de governança inclusivos.⁶⁹ A proporção de trabalhadoras é alta, especialmente nos setores de bem-estar social e educação, com 70% e 67% de força de trabalho feminina em empresas sociais na Bélgica e na França, respectivamente. Na Itália, 61% das cooperativas sociais empregavam mulheres, em comparação com 47% em outras empresas.⁷⁰ A diferença de gênero no empreendedorismo social é significativamente menor do que no empreendedorismo comercial – surpreendentemente, também no Oriente Médio e no Norte da África.⁷¹

O caso da EnAble India mostra como comunidades marginalizadas, incluindo pessoas com deficiência, podem ser integradas com sucesso em um modelo de negócio inclusivo (confira o estudo de caso).

ESTUDO DE CASO: EnAble India⁷²



Tipo: Fundo de caridade registrado

Foco: Proporcionar independência econômica com dignidade a pessoas com deficiência

Sobre: A visão da EnAble India (EI) é um mundo onde pessoas com deficiência (PcD) são contribuintes, cidadãos ativos e construtores de nações. A EI permite que as pessoas, especialmente aquelas com deficiências graves e múltiplas, em áreas urbanas e rurais, tornem-se economicamente independentes e financeiramente produtivas. O objetivo é encorajar PcDs a esperar mais de si mesmas e se tornarem suas próprias solucionadoras de problemas. Por meio de inovações tecnológicas e de processos, a EI ajudou a criar condições equitativas para PcDs no mercado de trabalho aberto e em outras formas de subsistência.

Resultado: A EnAble India fez parceria com um governo estadual, com mais de 700 empresas e 200 ONGs, bem como com universidades nacionais, para implementar programas. A organização construiu um ecossistema indiano de empregabilidade, emprego e empreendedorismo para PcDs por meio de inovações tecnológicas, avanços na formação de competências, novas soluções de local de trabalho e ferramentas de mudança de comportamento.

Lições aprendidas: Considerando 19 deficiências, trabalhar em insights centrados no ser humano tem sido a chave para o sucesso. A EI focou no “Quociente de Inclusão” de líderes e do ecossistema para desenvolver sua capacidade de incluir e maximizar o valor perpassando diferenças e deficiências.

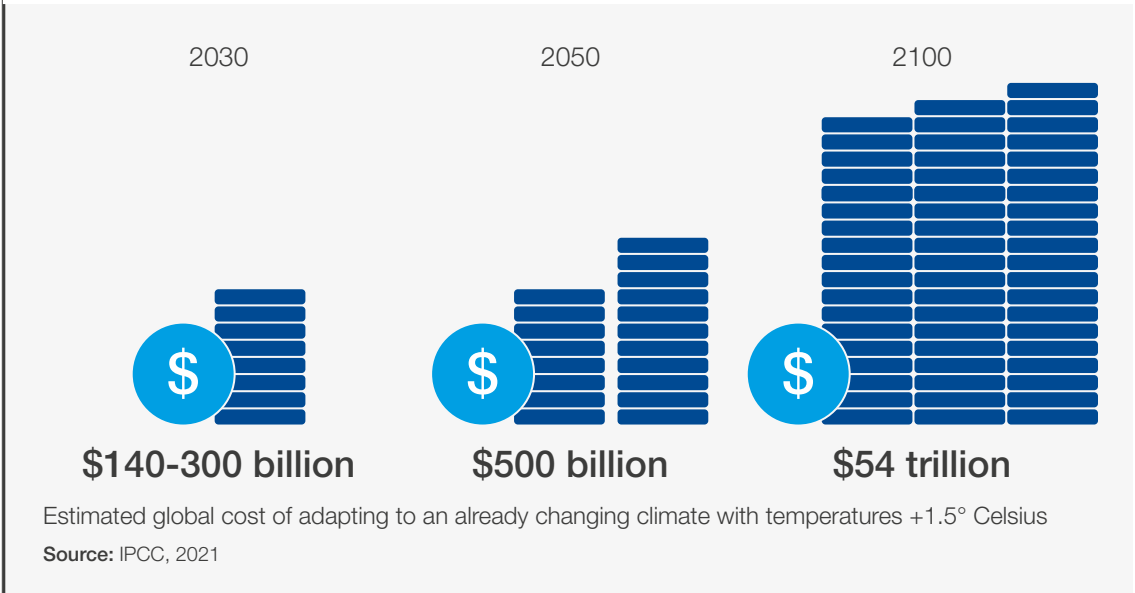
2.4 Mudança sustentável para uma economia verde



Os riscos trazidos pela crescente degradação ambiental, bem como problemas súbitos relacionados ao clima, como inundações, incêndios e vendavais, estão agravando ainda mais as desigualdades socioeconômicas. De acordo com a Pesquisa de Percepção de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial de 2021, o

fracasso de governos e empresas em responder efetivamente às ameaças criadas pelas mudanças climáticas, também conhecido como “falha na ação climática”, foi identificado como o risco mais impactante e o segundo mais provável entre os riscos globais de longo prazo.⁷³

FIGURA 7: O custo da adaptação às mudanças climáticas



“ O PIB encobre um enorme roubo cometido contra gerações futuras, que terão que arcar com o custo de as gerações passadas terem esgotado os recursos do planeta

– Comissão Independente para a Igualdade Sustentável

A ambição dos empreendedores sociais de contribuir para uma transição sustentável e baseada em valores rumo a uma economia verde oferece novas oportunidades para o enfrentamento aos desafios das mudanças climáticas. A economia social também facilita sinergias entre os ODSs e os resultados positivos para a natureza de que o planeta precisa urgentemente até 2030. Sua atividade incentiva uma perspectiva alternativa àquela em que a economia, o meio ambiente e a sociedade são vistos como prioridades concorrentes ou incompatíveis. A economia social orientada para o valor reconhece que os imperativos econômicos, sociais e ambientais dependem uns dos outros e podem trabalhar juntos para criar impactos regenerativos por meio da atividade econômica sustentável.

Por exemplo, os princípios ambientais da economia circular complementam o impacto social e os princípios de inclusão da economia social.⁷⁴ Da mesma forma, os empreendedores sociais têm desempenhado um papel fundamental no crescimento de práticas de agricultura orgânica, bem como no uso de energia renovável e no desenvolvimento de casas e mobilidade de baixo carbono. Tanto a economia circular quanto a social sustentam um sistema econômico inclusivo e sustentável cujas origens são anteriores à conceituação moderna de “economia social”. Como Théo Buratti e Tatyana Warnier escrevem em seu relatório *Green Deal and Social Economy*:

Issues and perspectives: “Historicamente presentes no campo do reemprego e da reciclagem, os empreendedores sociais atuam há várias décadas em atividades no centro do modelo de economia circular, mesmo antes do surgimento desse conceito” (tradução nossa).⁷⁵

A ambição da economia social de liderar uma transição verde inclusiva ressoa cada vez mais entre os jovens que, nas palavras da Comissão Independente para a Igualdade Sustentável (ICSE), “terão que arcar com o custo de as gerações passadas terem esgotado os recursos do planeta” (tradução nossa).⁷⁶ A geração da justiça climática está pressionando cada vez mais governos e líderes empresariais a criar um futuro construído sobre os princípios de solidariedade, igualdade e respeito pelo meio ambiente. É de suma importância inspirar os jovens com a visão da economia social e equipá-los com os conhecimentos, habilidades técnicas e qualidades de liderança necessários para liderar este setor.⁷⁷

Projetos como o Katingan Mentaya

Project, na Indonésia, mostram como os empreendedores sociais podem vincular um conjunto diversificado de partes interessadas a contribuições impactantes para a proteção da natureza (ver estudo de caso).



Tipo: Projeto

Foco: Reduzir o desmatamento e apoiar oportunidades de desenvolvimento sustentável

Sobre: O Katingan Mentaya Project (KMP) é a maior iniciativa de conservação florestal de turfa e compensação de financiamento de carbono desse tipo. O projeto protege e restaura grandes áreas florestais de pântano de turfa, oferecendo às comunidades locais fontes de renda sustentáveis com a venda de créditos de carbono totalmente verificados e de alta qualidade. Em parceria com comunidades locais e uma rede global de ONGs, instituições acadêmicas e corporações, as receitas provenientes do carbono são usadas para garantir a restauração e proteção natural das florestas por meio de atividades alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

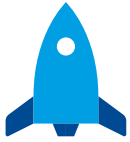
Resultado: O projeto protege mais de 100.000 hectares de floresta de turfa localizados em Kalimantan Central, Indonésia. A área protegida é o lar de 5% a 10% das populações globais do orangotango-de-bornéu, do macaco-narigudo e do gibão-de-barbas-brancas.

Lições aprendidas: Empreendedores sociais são um fator-chave na mudança rumo a uma economia verde.

Foto: Indigital, Austrália



2.5 Liderando uma transição digital inclusiva



Mercados de trabalho são influenciados por tendências globais, como a Quarta Revolução Industrial, que está impondo desafios e abrindo espaços para que os modelos de emprego atuais sejam repensados.

A digitalização do setor privado levou a dois desafios interligados para profissionais iniciantes. Primeiro, eles enfrentam expectativas mais altas quanto a habilidades e experiência profissional, que requerem evolução contínua. Em segundo lugar, eles enfrentam uma diminuição nas oportunidades profissionais à medida que a automação começa a substituir tarefas e cargos. O [Relatório sobre o Futuro dos Empregos de 2020](#), do Fórum Econômico Mundial, estima que a automação

pode acabar com 85 milhões de postos de trabalho em apenas cinco anos.⁷⁹ Além disso, jovens profissionais permanecem vulneráveis a contratos instáveis e estágios mal remunerados ou não remunerados, constantemente enfrentando instabilidade na carreira.⁸⁰

No Reino Unido, a previsão era de que o impacto econômico do desemprego entre jovens na produção nacional atingisse £ 6,9 bilhões em 2022, com um impacto fiscal adicional de £ 2,9 bilhões.⁸¹ Estima-se que, globalmente, US\$ 1 trilhão por ano sejam perdidos devido ao desemprego entre jovens, com um gasto adicional de US\$ 407 milhões no combate aos seus efeitos na sua saúde mental (Figura 8).⁸²

FIGURA 8: Perdas devido ao desemprego entre jovens



A economia social provou ser um ativo importante na liderança de uma transição digital inclusiva, oferecendo alternativas para a construção de modelos de mercado de trabalho inclusivos.⁸³ Muitas vezes, a economia social procura usar ferramentas digitais, como blockchain, para distribuir um “sentimento de posse” a mais pessoas. O foco na qualificação aumenta o acesso a ferramentas digitais, democratiza o controle sobre recursos digitais e protege contra a crescente desigualdade no âmbito da tecnologia. Por exemplo, novos modelos de negócios digitais adotados por empreendedores sociais usam

ferramentas colaborativas, como cooperativas de plataforma e empresas de gestão participativa. Essas plataformas digitais facilitam o engajamento dos cidadãos e a venda de bens e serviços produzidos localmente, ao mesmo tempo em que visam alcançar melhores condições de trabalho para seus membros.⁸⁴

O potencial da economia social no uso da qualificação digital para enfrentar desafios sociais, como a empregabilidade de comunidades marginalizadas, pode ser visto no estudo de caso da Sama (ver estudo de caso).

ESTUDO DE CASO:

Sama, EUA⁸⁵



Sobre: A Sama fornece dados de qualidade a organizações para que treinem seus modelos de machine-learning. Fundada nos EUA em 2008 com a premissa de que o talento é distribuído igualmente, mas a oportunidade, não, a empresa social conecta pessoas de comunidades carentes a oportunidades de trabalho digital dignas. Enquanto empresa B certificada, a Sama é comprometida em pagar a todos os membros de sua força de trabalho um salário que lhes permita um padrão de vida digno para cada região, oferecendo benefícios competitivos e fornecendo treinamento de mobilidade ascendente.

Tipo: Inovação social

Foco: Impactar o fornecimento e a formação de trabalhadores locais em comunidades carentes para resolver as necessidades globais no mercado de trabalho digital.

Resultado: A Sama é um empregador de longa data e confiável na África Oriental, tendo ajudado mais de 59.000 pessoas a sair da pobreza. Um estudo de controle randomizado (ECR) conduzido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre o impacto do trabalho da Sama mostrou que indivíduos treinados por eles tinham rendimentos médios até 40% mais altos e uma taxa de desemprego 10% menor do que a de não participantes do grupo controle. Hoje, a Sama atende clientes como Google, Walmart e Microsoft e arrecadou US\$ 70 milhões em financiamentos série B em 2021.

Lições aprendidas: A inovação social está no centro das empresas sociais, mostrando que propósito e lucro não precisam ser mutuamente exclusivos. Quando o impacto é inerente à sua proposta de valor e produto, os desafios empresariais e sociais podem ser abordados em conjunto

2.6 Demonstrando resiliência durante crises



As crises atuais, como pandemias, mudanças climáticas e mudanças geopolíticas, questionam a resiliência dos modelos econômicos globais e destacam a volatilidade do sistema econômico atual, gerando custos significativos para governos, sociedades, o meio ambiente e economias. O jornal *The Economist* estimou o custo global da pandemia em US\$ 10 trilhões em PIB perdido em 2020–21 (Figura 9).⁸⁶ Enquanto isso, uma estimativa recente conduzida por dois economistas de Harvard atrelou, somente aos EUA, o custo de US\$ 16 trilhões pela COVID-19 – quatro vezes o custo da crise financeira de 2008.⁸⁷

Crises podem aumentar ainda mais as desigualdades existentes. A pandemia da COVID-19 precipitou um aumento global das taxas de pobreza pela primeira vez em quase duas décadas, empurrando entre 119 e 124 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza em 2020.⁸⁸ A pandemia mostrou que grupos marginalizados, como jovens trabalhadores, imigrantes, comunidades rurais e mulheres, são desproporcionalmente afetados por crises, o que exacerba sua posição já tênue dentro do sistema econômico e sua exposição a riscos econômicos e sociais.⁸⁹

A economia social e sua integração local permitem que empreendedores forneçam produtos e serviços vitais em nichos e mercados locais como primeiro socorro durante crises.

Empreendedores sociais podem, nas palavras do professor de Sociologia Marc Schneiberg, “propagar lógicas de comunidade, localismo e engajamento cívico que focam as ações das pessoas no florescimento de comunidades locais e instituições” (tradução nossa).⁹⁰ Essas características permitem que empreendedores sociais, como bancos comunitários, reduzam o risco de desemprego em tempos de crise. Durante a Grande Recessão de 2007–2009 dos Estados Unidos, por exemplo, os bancos comunitários não apenas tiveram taxas de desemprego mais baixas em comparação com os grandes bancos privados, mas taxas de recuperação mais fortes no reemprego posteriormente.⁹¹ Uma razão é que os bancos comunitários muitas vezes conectam cidadãos, funcionários e consumidores mais diretamente aos lucros e perdas dos proprietários do banco, reduzindo, assim, os conflitos de interesse entre diferentes partes interessadas.⁹²

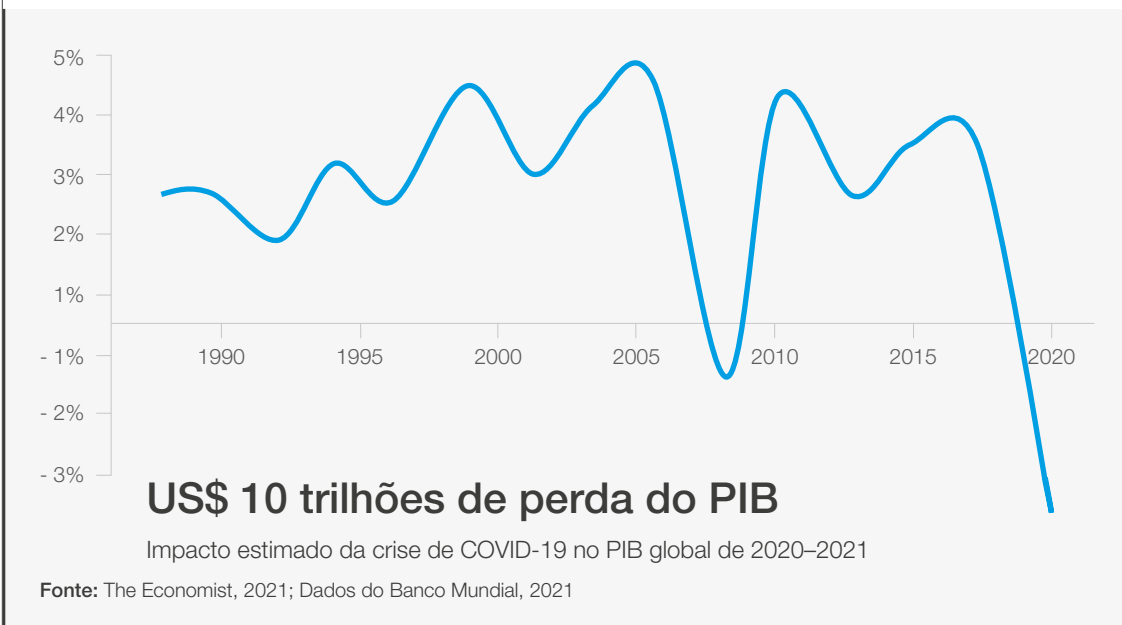
De forma mais ampla, durante a crise financeira global de 2007–2008, a economia social obteve uma taxa de crescimento no emprego consistentemente impressionante. Conforme relatado pela OCDE, de 2008 a 2010, a taxa de emprego em empresas sociais cresceu na Itália (20,1%) e na Bélgica (11,5%), apesar de uma queda acentuada na taxa de emprego nos setores público e privado. Da mesma forma, na França, a taxa de emprego na economia social cresceram 25% durante os anos de 2000 a 2014, quando o crescimento

Na verdade, após a crise financeira global, de 2008 a 2010, a taxa de emprego em empresas sociais cresceu na Itália (20,1%) e na Bélgica (11,5%), apesar de uma queda acentuada na taxa de emprego nos setores público e privado

Photo: Mindspark, India



FIGURA 9: Impacto da COVID-19 no PIB global



correspondente da taxa de emprego no setor público foi de apenas 6%.⁹³

Empreendedores sociais também podem atuar como primeiro socorro ou como mecanismos de apoio durante crises, complementando os papéis dos setores público e privado na resposta aos choques. O exemplo da OriginTrail ilustra como um empreendedor social enfrentou os desafios das aquisições na área médica durante a pandemia de COVID-19 com uma solução inovadora (ver estudo de caso).

Devido à sua inserção local, a economia social complementa a prestação de serviços públicos em comunidades ao lado de organizações da sociedade civil, especialmente onde esses serviços são de difícil acesso para comunidades

vulneráveis.⁹⁴ Sua governança e abordagem na organização de suas atividades permitem que empreendedores sociais incluam as preocupações de seus grupos-alvo diretos e de partes interessadas nos processos de tomada de decisão, bem como que mantenham seus investimentos e atividades comerciais em apoio a comunidades locais.⁹⁵

ESTUDO DE CASO:

OriginTrail, Reino Unido⁹⁶



Tipo: Empresa social

Foco: Tecnologia de código aberto

Sobre: A OriginTrail foi fundada em 2011, no Reino Unido, e hoje está presente na Eslovênia, Sérvia e em Hong Kong. Sua visão é aumentar a transparência nas cadeias de suprimentos. Ao empregar a tecnologia blockchain e criar um protocolo de código aberto, a OriginTrail permite soluções de compartilhamento de dados eficientes e que economizam energia.

Resultado: Durante a pandemia de COVID-19, a OriginTrail percebeu o potencial de sua cadeia de suprimentos transparente em fornecer suprimentos médicos de fontes confiáveis. Foi capaz de empregar sua tecnologia blockchain para fornecer equipamentos médicos confiáveis e autênticos aos profissionais de saúde.

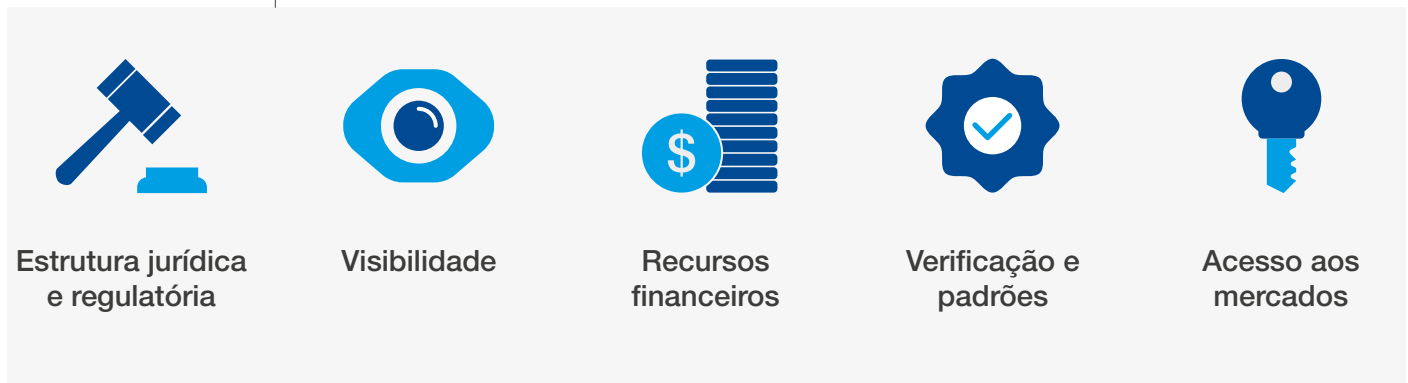
Lições aprendidas: A OriginTrail identificou o desafio da aquisição de equipamentos médicos durante a pandemia de COVID-19 como uma oportunidade para aumentar a transparência da cadeia de suprimentos. Sua intervenção alinhou a responsabilidade e a prestação de contas dos processos de aquisição na área médica e ajudou profissionais de saúde a responder de maneiras mais impactantes à pandemia.

2.7 Barreiras atuais para o desbloqueio do potencial pleno

Apesar do seu potencial, a economia social ainda não foi totalmente desbloqueada. Os desafios variam dependendo do contexto, mas têm características comuns, como visibilidade limitada,

falta de uma estrutura jurídica e regulatória de apoio, falta de verificação e padrões, recursos financeiros inadequados e acesso restrito a mercados (Figura 10).

FIGURA 10: Barreiras para o desbloqueio da economia social



A falta de uma definição clara para a economia social resulta na ausência de um conjunto comum de métricas para mensuração. Isso, por sua vez, limita a visibilidade do setor. No entanto, a visibilidade é fundamental para que empreendedores sociais promovam suas práticas comerciais e informem formuladores de políticas sobre as estruturas regulatórias apropriadas. A visibilidade aprimorada também promove uma compreensão mais ampla da relevância da abordagem da economia social e inspira outros empreendedores a construir modelos de negócio semelhantes.⁹⁷

A importância de ser visto e ouvido é demonstrada pela editora brasileira de impacto social Editora MOL, que se tornou um guia para a economia social e aumentou a visibilidade de seu impacto no Brasil (ver estudo de caso). Em um ambiente político de apoio, mais empreendedores podem aumentar a visibilidade da economia social em plataformas e redes apropriadas, contribuindo, assim, para uma mudança na mentalidade dos consumidores e criando consciência da importância das empresas orientadas para o valor.

A visibilidade aprimorada promove uma compreensão mais ampla da relevância da abordagem da economia social e inspira outros empreendedores a construir modelos de negócio semelhantes

ESTUDO DE CASO:

Editora MOL, Brasil⁹⁸



Tipo: Editora de impacto social

Foco: Publicar produtos com conteúdo positivo a preços acessíveis

Sobre: A MOL é uma editora de impacto social que desenvolve materiais impressos – revistas, livros, calendários, jogos de mesa e outros – a preços abaixo do mercado. Suas publicações sempre trazem conteúdos positivos e envolventes, com histórias reais inspiradoras e um foco em jornalismo para a cidadania, promoção dos direitos humanos e qualidade de vida. Pelo menos um terço da receita de todas as publicações é direcionado para organizações sociais no Brasil.

Resultado: Criada em 2007, em São Paulo, a MOL tem parcerias com grandes redes que vendem suas publicações para o consumidor final. Por meio do volume e da capacidade do negócio varejista, democratiza o acesso à leitura e promove a cultura da doação no Brasil.

Lições aprendidas: Criar um modelo vantajoso para ambas as partes, que conecta empresas, consumidores e organizações sociais em torno de um produto social, trazendo microdoações para o seu dia a dia sem atrapalhar suas rotinas – e fazendo do ato de doar um hábito.

Em muitos países, a falta de uma estrutura jurídica e regulatória de apoio à economia social resulta em barreiras ao acesso a benefícios ou isenções fiscais, apesar da elegibilidade. Empreendedores sociais enfrentam outros desafios para aumentar suas receitas, pois a barreira

para acessar o financiamento orientado para o impacto frequentemente é muito mais alta para empreendedores menores. No entanto, o exemplo do Fundo Europeu de Investimento mostra como o acesso a recursos financeiros pode ser fortalecido (ver estudo de caso).

ESTUDO DE CASO:

Garantia EaSI do Fundo Europeu de Investimento⁹⁹



Tipo: Instrumento de garantia financeira

Foco: Apoiar o empreendedorismo social e melhorar o microfinanciamento, aumentando a disponibilidade de financiamento e o acesso de grupos vulneráveis

Sobre: O Fundo Europeu de Investimento (FEI) é um instrumento da UE, implementado em nome da Comissão Europeia. Ele visa melhorar os termos de garantias e contragarantias para incentivar intermediários financeiros a fornecer financiamento a microempresas, micromutuários e empresas sociais, apoiando, assim, o seu acesso a recursos financeiros.

Resultado: Esse instrumento foi criado com base no Instrumento Europeu de Microfinanciamento “Progress”, lançado em 2010, que apoiou mais de 55.000 micromutuários e mobilizou mais de 520 milhões de euros de financiamento.

Lições aprendidas: Adaptar regulamentos para melhor apoiar as empresas de pequeno e médio porte e as empresas sociais no acesso ao financiamento, e evitar desigualdades entre os atores na pirâmide socioeconômica.

O acesso a mercados é outro desafio que os empreendedores sociais têm tido dificuldade em superar, especialmente porque os recursos disponíveis ao público (por exemplo, as estruturas de licitação) não consideram os empreendedores sociais.

O exemplo da empresa social Esoko, em Gana, mostra como o acesso ao mercado é vital para comunidades rurais. Ao fornecer ao seu grupo-alvo informações sobre preços de mercado e conhecimento agroeconômico, a Esoko melhorou o acesso ao mercado para milhões de agricultores ganeses (ver estudo de caso).

ESTUDO DE CASO:

Esoko, Gana¹⁰⁰



Tipo: Iniciativa privada

Foco: Conectar pessoas na agricultura

Sobre: Com sede em Accra, Gana, a Esoko capacita comunidades rurais no continente africano por meio da transformação digital e inclusão financeira. Inicialmente focada na prestação de serviços de conteúdo aos agricultores para melhorar a produtividade desse público, passou a fornecer uma plataforma de gestão comunitária para que organizações implementem e acompanhem projetos na comunidade.

Resultado: Cerca de 5 milhões de africanos de áreas rurais têm uma pegada digital e estão inscritos em programas de proteção social. Por meio de suas plataformas em nuvem, a Esoko também fornece às comunidades excluídas e aos beneficiários do projeto serviços de informação e acesso a produtos financeiros digitais. A empresa capacitou 1,2 milhão de agricultores africanos com informações sobre preços de mercado, aconselhamento agrônômico e serviços de informação inteligentes em termos climáticos por meio de canais móveis.

Lições aprendidas: Fornecer acesso vital a informações de mercado às comunidades em um contexto em que os recursos publicamente disponíveis são escassos.

3

Ações para o desbloqueio do potencial

Para desbloquear o potencial da economia social, duas mudanças são necessárias. A primeira mudança promove a economia social por meio do desenvolvimento de um ecossistema de apoio de políticas coerentes e colaboração público-privada. A segunda, aproveita a experiência da economia social para enfrentar os desafios persistentes e estruturais criados pela economia puramente voltada para o lucro.

Foto: Editora MOL, Brasil

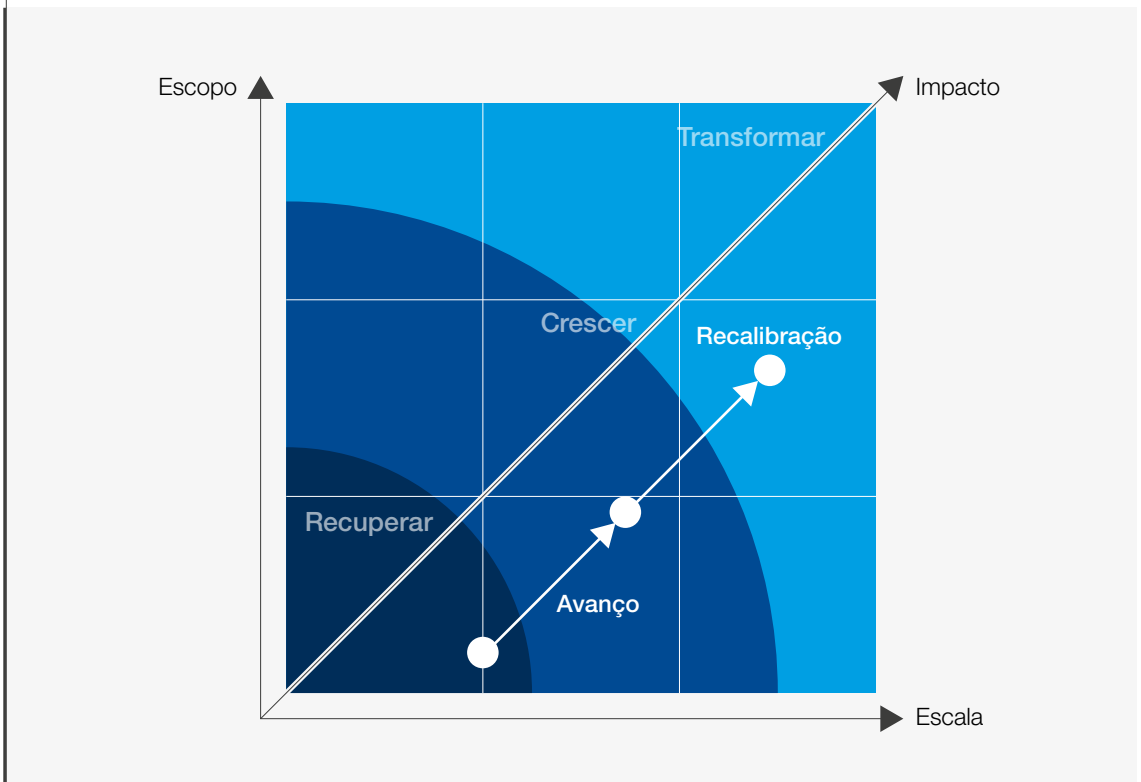


3.1 Duas mudanças para maximizar o impacto da economia social

A construção de uma economia mais resiliente e inclusiva pode ser alcançada por meio do crescimento da economia social no seu âmbito e escala e do aumento do seu impacto na sociedade (Figura 11). O escopo está relacionado com a variedade de modelos compreendidos pela economia social, desde cooperativas até organizações mútuas e associações. A escala

refere-se à prevalência da economia social considerando o número de empreendedores sociais e de empregos criados por esses empreendedores. O aumento da escala e a ampliação do escopo trazem um impacto maior e mais profundo, levando mais empreendedores a adotar modelos de economia social em seu trabalho.

FIGURA 11: Maximização da escala, do escopo e do impacto da economia social



Quando um amplo conjunto de empreendedores, incluindo empresas, está alinhado no que se refere a suas ambições, gera-se mais impacto. Para que esse modelo funcione na economia social, é necessário uma definição clara de gestão de impacto com base em normas compartilhadas, bem como um conjunto padronizado de métricas para medir o impacto além do lucro.¹⁰¹

Os governos desempenham um papel fundamental na criação das políticas que enquadram as normas sociais e culturais que impulsionam esse processo. No entanto, para liberar o pleno potencial da economia social de modo que impulse o desenvolvimento inclusivo, deve haver a colaboração de empreendedores públicos e privados, bem como de organizações não governamentais e multilaterais. Para promover a economia social em todo o mundo e realizar a primeira mudança, é necessário:

- Reconhecer a economia social e construir estruturas regulatórias de apoio.
- Melhorar o acesso ao capital por meio da criação de incentivos para financiamento,

tributação e investimento

- Aumentar a conscientização e atrair talentos locais para a economia social por meio da expansão da educação e da pesquisa
- Permitir o acesso a mercados relevantes ao tornar canais de compras públicas e privadas mais inclusivos
- Reconhecer a economia social pela coleta, mensuração e visualização de dados de impacto social

A segunda mudança vai além do avanço do setor de economia social existente, rumo a uma reconceitualização do nosso sistema econômico atual e de seu papel na sociedade. Essa mudança exige que a economia dominante use sua energia empreendedora e criativa para resolver desafios sociais, criando negócios construídos sobre a premissa de que, nas palavras da Academia Britânica, “o objetivo dos negócios é resolver os problemas das pessoas e do planeta de forma lucrativa” (tradução nossa).¹⁰²

“ O objetivo dos negócios é resolver os problemas das pessoas e do planeta de forma lucrativa

- Academia Britânica

A economia social tem o potencial de recalibrar nosso sistema econômico existente, fazendo com que as empresas dominantes e empreendedores sociais possam se beneficiar mutuamente e aumentar coletivamente o espaço para uma economia baseada em propósitos. Isso permitirá que empresas tradicionais mudem seu foco de otimizar apenas os resultados trimestrais e os retornos dos acionistas para um modelo de “propósito e lucro”, que busca oferecer benefícios sociais de longo prazo.¹⁰³ Essa mudança depende de estruturas de governança com metas juridicamente vinculativas que promovam mudanças ambientais e progresso social.¹⁰⁴ Indicadores não financeiros – como um conjunto comum de métricas e padrões ASG – tornam-se fundamentais na quantificação desse progresso, pois permitem a mensuração e comparação de impactos corporativos na sociedade e no planeta.¹⁰⁵

Para uma mudança bem-sucedida, tanto governos quanto o setor privado precisarão enfatizar mais a priorização do bem-estar e da sustentabilidade antes do lucro e do crescimento. Para abordar a interseccionalidade dos desafios contemporâneos, como desigualdade, tecnologias digitais e mudanças climáticas, as políticas governamentais devem ser complementares, baseadas em evidências e focadas em uma transição de longo prazo. Enquanto isso, a sociedade civil continuará a ocupar um espaço-chave dentro do sistema, atendendo às necessidades das comunidades e impulsionando metas sociais e ambientais. Participantes da sociedade civil e da economia social estão posicionados de forma única para abordar questões sociais ao nível da comunidade local – algo que muitas empresas tradicionais não fazem.

3.2 Criando redes para a construção de confiança e compreensão

Para desbloquear o pleno potencial da economia social, é necessário um maior nível de confiança, compreensão mútua e colaboração entre governo, empresas e empreendedores sociais. Essa colaboração entre setores pode promover e melhorar uma compreensão mútua importante, permitindo que governos facilitem e regulem efetivamente seus mercados para construir um contexto benéfico para a economia social.

Governos e empreendedores sociais podem aumentar ativamente sua cooperação para desenvolver um ecossistema de políticas de apoio

para o setor crescer. Os formuladores de políticas públicas podem se beneficiar de maneira especial a partir da experiência local de empreendedores sociais, o que pode ajudar a informar as decisões políticas.¹⁰⁶ Empresas e empreendedores sociais podem colaborar em modelos de negócios inovadores que abordem desafios sociais. Essa colaboração pode desbloquear potenciais recursos financeiros para a economia social e criar oportunidades econômicas e sociais mutuamente benéficas, como visto no estudo de caso abaixo sobre a Tony's Open Chain.

ESTUDO DE CASO:

Tony's Open Chain, Holanda¹⁰⁷



Tipo: Iniciativa do setor

Foco: Transformação sustentável das cadeias de fornecimento de cacau

Sobre: A Tony's Open Chain (fundada na Holanda) é uma iniciativa liderada pelo setor que ajuda marcas produtoras de chocolate a transformar suas cadeias de fornecimento de cacau e se tornarem mais sustentáveis, além de trabalhar para acabar com a escravidão moderna e o trabalho infantil ilegal. A iniciativa se baseia em cinco princípios: 1) grãos rastreáveis, 2) preço mais alto, 3) agricultores fortes, 4) compromissos de longo prazo e 5) produtividade e qualidade. A missão vai além da certificação e promove o desenvolvimento de relações de igualdade ao longo de toda a cadeia de fornecimento de cacau.

Resultado: Várias empresas internacionais (por exemplo, Barry Callebaut e Aldi) aderiram à iniciativa. Os cinco princípios garantem uma renda digna para os produtores de cacau. À medida que a iniciativa aumenta a transparência das cadeias de abastecimento, também aumenta a visibilidade dos agricultores e das condições em que trabalham.

Lições aprendidas: Investimentos que promovem a colaboração entre empreendedores da economia social e empresas com fins lucrativos podem aumentar a transparência de cadeias de fornecimento e condições de trabalho, bem como reduzir a desigualdade.

Organizações multilaterais desempenham um papel importante, usando uma abordagem colaborativa junto a governos, o setor privado e empreendedores sociais para melhorar a compreensão em torno do setor. A academia pode contribuir com pesquisas para aumentar o conhecimento sobre a economia social. Organizações da sociedade civil fortalecem a voz da economia social e sua visibilidade perante o governo, empresas e o público em geral.

A colaboração entre os próprios empreendedores sociais também é importante para desbloquear

seu potencial e compartilhar experiências e ideias de negócios. Plataformas e instituições globais e regionais, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a União Europeia e a OCDE, incentivaram empreendedores sociais a trocar experiências. A Figura 12 mostra empreendedores com o poder de desbloquear o potencial da economia social, enquanto a Figura 13 descreve os papéis específicos que podem desempenhar nas duas mudanças necessárias para desbloquear esse potencial.

FIGURA 12: **Empreendedores-chave para o desbloqueio da economia social**

Governos

Governos podem atuar como facilitadores da economia social, implementando regulamentações que incentivam comunidades a participar e liderar intervenções na economia social e reduzindo as barreiras ao crescimento de organizações da economia social.

Empresas

Empresas privadas podem desafiar suas práticas comerciais (por exemplo, nas compras) e avançar rumo a atividades comerciais que resolvam desafios sociais e ambientais.

Organizações multilaterais

Instituições de financiamento, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos regionais de desenvolvimento, cobrem partes dos orçamentos governamentais em muitos países. Esses instrumentos de financiamento podem impactar positivamente o crescimento da economia social por meio de alocações orçamentárias dentro do setor

Investidores sociais

Investidores sociais querem que seus investimentos obtenham retornos sociais, ambientais e financeiros (“valor combinado”). Alguns estão prontos para renunciar a uma grande parte de seus retornos financeiros em troca de evidências de impactos sociais positivos.



Empreendedores sociais

Empreendedores sociais são o coração e a base do ambiente da economia social, fornecendo os modelos de negócio necessários para o alcance do valor social.

Sociedade civil organizada

Organizações da sociedade civil, como ONGs, podem apoiar o crescimento da economia social fortalecendo suas atividades híbridas, alavancando forças do mercado para melhorar fluxos de renda e aumentando a conscientização sobre injustiças e desigualdades sociais pelo ativismo.

Pesquisa e academia

A pesquisa pode contribuir para um ecossistema estimulante para a economia social pela oferta de dados e permitindo a colaboração entre pesquisadores e governos no desenvolvimento de uma estrutura de economia social e de ferramentas políticas. Uma educação melhor pode promover uma mudança em nossa compreensão tradicional de modelos e métricas econômicas.

FIGURA 13: Participação de empreendedores-chave no desbloqueio da economia social

Empreendedores	Mudança 1 Promover a economia social	Mudança 2 Transformar a economia dominante
Governos	Proporcionar um ambiente propício ao crescimento da economia social e definir responsabilidades governamentais claras para apoiar o setor.	Aprimorar estruturas regulatórias em direção a padrões contábeis e modelos de governança corporativa mais social e ambientalmente inclusivos.
Empreendedores sociais	Defender seus interesses e incentivar a formulação de políticas baseadas em evidência para criar um ambiente favorável no sentido político e de financiamento.	Reforçar seu papel como pioneiros dentro da economia em geral, escalando seus modelos de negócio e abraçando novas oportunidades de financiamento.
Organizações multilaterais	Aumentar a P&D em áreas socialmente benéficas e canalizar fundos para investimentos de impacto.	Proporcionar especialização para um número crescente de empreendedores econômicos que focam no propósito.
Sociedade civil organizada	Atuar como defensora da economia social e de seu impacto no desenvolvimento, aumentando sua visibilidade junto ao público.	Aumentar os sistemas híbridos de geração de renda (doação e mercado) e ampliar o escopo da economia social.
Empresas	Integrar os empreendedores sociais na cadeia de valor para expandir o efeito da economia social.	Replicar modelos de negócio da economia social incorporados localmente e geridos democraticamente.
Investidores sociais	Criar produtos de investimento adequados e que disponibilizem fundos a empreendedores sociais	Exigir uma prestação de contas abrangente, com maior transparência e responsabilidade.
Pesquisa e academia	Proporcionar pesquisas para um maior reconhecimento dos impactos da economia social e identificar novas oportunidades de mercado a serem exploradas pela economia social.	Melhorar a compreensão de economia tradicional de governos e líderes comerciais e fortalecer uma mentalidade empresarial inclusiva e sustentável por meio da educação.

3.3 Inspirando o setor privado com modelos de negócio inovadores

Colaborar com a economia social oferece um grande potencial para empresas tradicionais. Os empreendedores sociais são pioneiros que podem oferecer ao setor privado modelos de negócio inspiradores, que atraem talentos e protegem as cadeias de valor de choques futuros. Segundo a OCDE, a “economia social provou ser pioneira em identificar e implementar inovações sociais e formas alternativas de organização das atividades econômicas. Com frequência, essas inovações têm sido posteriormente incorporadas e adotadas pelo resto da economia” (tradução nossa).¹⁰⁸

Por exemplo, o European Social Enterprise Monitor mostrou que, em 2020, 96% das empresas sociais da Holanda visavam influenciar as empresas tradicionais a se tornarem mais sustentáveis. Empresas sociais são capazes de provar que negócios sustentáveis são viáveis, demonstrando sua atratividade para consumidores, funcionários e investidores.¹⁰⁹ Isso mostra que a economia social já iniciou a segunda mudança, integrando seus modelos de negócio nos setores econômicos tradicionais.

As empresas convencionais podem utilizar as compras sociais como uma ferramenta poderosa para apoiar a atividade da economia social. Um exemplo que mostra como a economia social não foi apenas incluída por meio de compras sociais, mas acabou levando a um novo modelo de negócio é o projeto Prabhat, da Hindustan Unilever Limited (ver estudo de caso). Inicialmente, a Hindustan Unilever cooperou com um empreendedor social em sua cadeia de valor para focar na criação de

comunidades sustentáveis no entorno de suas instalações, mas, em última análise, a empresa evoluiu sua cadeia de valor e elementos do seu modelo de negócio para impulsionar propósitos, concentrando-se na saúde e nutrição da comunidade e, ao mesmo tempo, aumentando sua lucratividade. Nesse caso, aprender com uma abordagem baseada em valores levou a uma cadeia de valor mais forte e mais lucrativa.

ESTUDO DE CASO:

Projeto Prabhat, Índia¹¹⁰



Tipo: Projeto da Hindustan Unilever

Foco: Construir comunidades inclusivas e sustentáveis no entorno das instalações da Hindustan Unilever

Sobre: O Prabhat é uma iniciativa de desenvolvimento comunitário sustentável baseada nas necessidades da comunidade local ao nível de base. O objetivo do projeto é criar comunidades sustentáveis dentro e ao redor das instalações da Hindustan Unilever Limited por meio de intervenções focadas no empoderamento econômico (por exemplo, capacitação, empreendedorismo e desenvolvimento da cadeia de valor) e na sustentabilidade ambiental (por exemplo, conservação de água, gestão de resíduos e adaptação climática), saúde, nutrição e educação.

Resultado: O projeto melhorou a vida de cerca de 7 milhões de pessoas em mais de 30 localidades e está apoiando o cumprimento de metas, como geração de renda, eficiência hídrica, redução da destinação de resíduos a aterros sanitários, neutralidade de carbono e acesso à saúde, nutrição e educação para todos, pela colaboração com vários empreendedores sociais (por exemplo, empresas sociais, ONGs e organizações comunitárias).

Lições aprendidas: O Prabhat começou como uma iniciativa de desenvolvimento comunitário, mas seu foco na cadeia de valor por meio de programas comunitários direcionados e baseados em necessidades permitiu que ele incluísse empresas sociais na cadeia de valor mais ampla da empresa.

3.4 Construindo ambientes políticos melhores

“ *A economia social provou ser pioneira na identificação e implementação de inovações sociais e formas alternativas de organização das atividades econômicas. Com frequência, essas inovações têm sido posteriormente integradas e adotadas pelo resto da economia.* ”

– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Governos desempenham um papel fundamental no fortalecimento do ecossistema para o crescimento da economia social. Isso permite que os próprios governos se beneficiem substancialmente ao alimentar economias mais resilientes e que possam garantir empregos, reduzir a desigualdade e resistir a choques futuros. As políticas relevantes dependem do contexto regional.

Em todo o mundo, governos já estão reconhecendo cada vez mais a economia social como um impulsionador de uma economia mais inclusiva e sustentável. Muitos países, incluindo a França, a Coreia do Sul, o Vietnã e a Tunísia, estão viabilizando o crescimento da economia social por meio da criação de estruturas legais em áreas como compras, licenciamento e até mesmo impostos.¹¹¹

Há também esforços de organizações intergovernamentais para apoiar a economia social. Em dezembro de 2021, a Comissão Europeia lançou o seu Plano de Ação para a Economia Social.¹¹² Recentemente, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) destacou a importância das empresas sociais para o desenvolvimento regional em sua publicação ASEAN Socio-Cultural Community Blueprint 2025, que sugere medidas estratégicas, como nutrir e promover o setor da economia social para jovens, mulheres, grupos marginalizados e pessoas com deficiência.¹¹³

No entanto, atualmente, na maioria dos países, a compreensão dos formuladores de políticas sobre a economia social e seu potencial de contribuir para o desenvolvimento social ainda é limitada. Contudo, os governos não apenas se beneficiam do potencial oferecido pela economia social para evitar custos futuros, mas também detêm a chave para desbloquear o seu potencial pleno. Governos podem usar ferramentas políticas para institucionalizar os impactos da economia social e fortalecê-la ainda mais ao elaborar legislação, reconhecimento e programas governamentais apropriados.¹¹⁴

As interligações e formas variadas dos desafios sociais podem criar dificuldades para os formuladores de políticas. Políticas futuras devem abordar essa complexidade, permitindo o progresso social e ecológico com ferramentas políticas inovadoras e flexíveis.¹¹⁵ No entanto, a economia social varia muito entre as regiões. Portanto, além de políticas inovadoras, há necessidade de uma abordagem descentralizada de formulação de políticas, que permita ajustes a desdobramentos emergentes e novos desafios. As necessidades políticas específicas podem diferir dependendo dos contextos regionais e institucionais. Todavia, cinco grandes prioridades políticas podem ser identificadas para promover a economia social, enquanto três prioridades políticas podem transformar a economia dominante. Essas prioridades são analisadas nas seções restantes deste capítulo.

3.5 Cinco prioridades políticas para promover a economia social

As cinco prioridades políticas que podem fortalecer a economia social – a primeira mudança no processo de desbloqueio do seu potencial pleno – são as seguintes:

1	2	3	4	5
Reconhecimento e estruturas regulatórias	Financiamento, tributação e investimento	Ensino e Pesquisa	Compras e acesso a mercados	Visibilidade e dados



Reconhecer a economia social e construir estruturas regulatórias de apoio

O reconhecimento da economia social pelos governos como parceira no desenvolvimento socioeconômico tem se mostrado vital em alguns países. Isso implica o reconhecimento político da economia social nos níveis de governo nacional e regional, bem como o diálogo regular entre governos e empreendedores sociais. Em consulta com empreendedores sociais, os governos podem desenvolver estratégias políticas para desbloquear

ainda mais o impacto do setor. Muitas jurisdições, no entanto, não têm clareza sobre a situação legal dos empreendedores sociais, muitas vezes deixando-os sem uma posição que reconheça o amplo valor que estão criando. Isso os coloca em desvantagem, pois frequentemente adotam uma estrutura sem fins lucrativos, limitando seu potencial.¹¹⁶

Caso de implementação de política – Plano de Ação Europeu para a Economia

A Comissão Europeia (CE) percebeu que, em tempos de desafios estruturais e crise financeira, empreendedores sociais estavam contribuindo para a construção e o fortalecimento de comunidades resilientes, bem como gerindo grandes transições. Com base nessa experiência, a CE decidiu lançar múltiplas ações de apoio ao desenvolvimento da economia social, resumidas em seu Plano de Ação para a Economia Social, publicado em dezembro de 2021.¹¹⁷ Essa iniciativa “busca impulsionar a contribuição de organizações da economia social para um crescimento justo e sustentável. Ela aumentará o investimento social e estimulará empreendedores sociais a colocar suas operações em atividade, ampliar, inovar e criar empregos” (tradução nossa).¹¹⁸

Caso de implementação de política – ENIMPACTO - Estratégia Nacional de Economia de Impacto

A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto. Ela está estruturada em cinco eixos estratégicos: I - Ampliação da oferta de capital para a economia de impacto; II - Aumento do número de negócios de impacto; III - Fortalecimento das organizações intermediárias; IV - Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável à economia de impacto; e V - Articulação Interfederativa com Estados e Municípios no fomento à economia de impacto. O Brasil é um dos países pioneiros a possuir uma legislação sobre o tema.¹



Os governos deveriam revisar as estruturas tributárias historicamente reservadas a organizações sem fins lucrativos e aplicá-las de forma mais ampla a organizações com base em seu propósito, em vez de sua posição de lucro legal.

Criar incentivos para financiamento, tributação e investimento

Para que o setor cresça, a economia social precisa de um acesso mais fácil a investimentos e fundos de longo prazo. Governos podem ajudar nessa questão criando subvenções e fazendo investimentos públicos na economia social, por exemplo, criando esquemas de subvenção dedicados à economia social. Além disso, os governos podem incentivar a participação dos principais financiadores e investidores sociais no financiamento da economia social. Isso pode ser feito por meio de incentivos fiscais, aliviando barreiras regulatórias, alavancando fundos públicos para reduzir o risco do financiamento privado e desenvolvendo mecanismos híbridos que misturem investimento público e privado.

Outro elemento importante de qualquer reformulação política é revisar as estruturas tributárias historicamente reservadas a organizações sem fins lucrativos e aplicá-las de forma mais ampla a organizações com base no seu propósito, em vez de sua posição de lucro legal. Alguns países já concedem benefícios fiscais a empresas sociais, como cooperativas com fins lucrativos, mas os governos devem oferecer benefícios semelhantes a outros empreendedores orientados por valores com fins lucrativos, como empreendedores sociais. Da mesma forma, investidores devem ser considerados no que se refere a benefícios fiscais caso atendam a requisitos focados no impacto e no propósito.¹¹⁹

Caso de implementação de política – Singapore Centre for Social Enterprise

Em 2015, o Governo de Singapura criou o Singapore Centre for Social Enterprise (raiSE) para desenvolver o setor de empresas sociais do país por meio de uma colaboração de empreendedores públicos e privados. O centro oferece subvenções a empresas sociais sediadas em Singapura em início ou expansão de operações e com uma missão social clara de abordar lacunas e necessidades sociais centradas no ser humano.¹²⁰

Caso de implementação de política – Juntos pela Saúde - BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e IDIS

O Juntos pela Saúde é uma iniciativa do BNDES para, em parceria com doadores privados, reunir recursos para ampliar o acesso à saúde da população brasileira das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A perspectiva é que nos próximos quatro anos sejam arrecadados R\$ 200 milhões para que unidades de saúde que prestem serviços no âmbito do SUS recebam recursos para investimentos em obras, equipamentos, informatização, melhoria de gestão ou, ainda, para realização de campanhas de saúde. A cada real doado por outras instituições, o BNDES aporta outro real, numa sistemática de matchfunding. Com estas diretrizes, a iniciativa mostra-se alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU #3 e #10. Por meio de uma Seleção Pública, foi selecionado como parceiro gestor da iniciativa o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS.¹²¹



Expandir a educação e a pesquisa

Para que a economia social seja totalmente desbloqueada, governos podem ensinar os jovens sobre a economia social nas escolas. Isso contribui para um maior reconhecimento dos impactos da economia social e pode ajudar a identificar novas oportunidades de mercado para a economia social explorar. Os governos também devem financiar pesquisas sobre a economia social e a inovação social.

Caso de implementação de política – Learning for Young People, Escócia

Em 2007, a Escócia lançou um programa chamado Learning for Young People para aumentar a compreensão sobre a economia social e os empreendedores sociais e promover a conscientização entre estudantes. O programa foca no desenvolvimento de uma compreensão acerca dos modelos de negócio de empresas sociais, promovendo uma experiência prática na economia social, e na conscientização de professores sobre como podem apoiar seus alunos.¹²²

Caso de implementação de política – Programa Academia ICE - Inovação em Cidadania Empresarial

Fortalecer a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, privadas e comunitárias no ecossistema de Investimentos e Negócios de Impacto, através de docentes, é a razão de ser do Programa Academia ICE. Usando as estratégias do ensino, da pesquisa e da extensão, as IES são capazes de produzir, analisar e difundir conhecimento, formando a próxima geração de talentos para o setor, empreendedores e outros profissionais, e gerar impacto concreto nos ecossistemas locais em diferentes regiões do Brasil. O programa Academia ICE mobiliza uma rede de mais de 218 professores e pesquisadores que atuam em mais de 87 IES em todas as regiões do país. As temáticas trabalhadas pela rede do Programa Academia ICE são o Empreendedorismo Social, Investimentos e Negócios de Impacto e Inovação Social.¹²³



Tornar os canais de compras públicas e privadas mais inclusivos

O acesso aos mercados público e privado é uma alavanca política fundamental para o avanço da economia social. Por meio de licitações, o setor público pode comprar bens e serviços de empreendedores sociais que oferecem valor social e ambiental. Dessa forma, a contratação pública se torna um veículo para atender objetivos sociais, ambientais e econômicos, como a reintegração de desempregados de longo prazo no mercado de trabalho ou a integração social e laboral de pessoas de grupos vulneráveis.

Licitações têm a capacidade de desbloquear e criar mercados com um foco particular na economia social frequentemente informal por meio da reserva de contratos públicos e da inserção de critérios socioambientais em todos os processos de contratações públicas.¹²⁴ Além disso, governos podem criar incentivos fiscais para o setor privado adquirir bens e serviços da economia social, devendo dar maior ênfase ao compartilhamento de dados de aquisições de forma aberta e transparente para criar condições equitativas.

Caso de implementação de política – Regras de Licitação da UE

Em 2016, os Estados-Membros da União Europeia (UE) adotaram as Regras de Licitação da UE. Com a nova regulamentação, o processo licitatório se tornou mais simples e flexível, permitindo que “considerações ambientais e sociais, bem como aspectos de inovação, sejam levados em consideração na concessão de contratos públicos” (tradução nossa).¹²⁵ As regras abrem novas oportunidades para pequenas e médias empresas, bem como para empresas sociais, concorrerem em processos de licitação.¹²⁶

Caso de implementação de política – Lei nº 11.947/2009: PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Fundamentado pela diretriz de emprego da alimentação saudável e adequada e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com valorização dos gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do PNAE repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. O mesmo dispositivo estabelece, ainda, que sejam priorizados os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.¹²⁷



Faltam estruturas para avaliar o potencial da economia social como um todo e falta consenso em torno de quais métricas usar

Coletar, mensurar e visualizar dados de impacto social

Para aumentar a visibilidade do setor, governos são incentivados a coletar estatísticas sobre a economia social que vão além dos indicadores tradicionais. Além da contribuição da economia social para o crescimento econômico e a criação de empregos, governos devem mensurar sistematicamente e apresentar o impacto socioambiental da economia social. Para mensurar a economia social, será fundamental usar um modelo que se adapte à natureza do setor, incluindo métricas que vão além de simplesmente capturar o crescimento do PIB.

Hoje, a maioria das mensurações de impacto social visa avaliar o valor e o impacto sociais de unidades organizacionais ou portfólios de investimentos. No entanto, faltam estruturas para avaliar o potencial da economia social como um todo e falta consenso em torno de quais métricas usar (como, número de empregos, número de legislações de apoio, contribuição para o PIB etc.). As metodologias

atualmente utilizadas para mensurar o tamanho da economia social podem variar desde a coleta de feedback de partes interessadas ou a mensuração do bem-estar até a realização de avaliações de impacto das atividades do setor ou o cálculo do valor monetário que ele gera.

Devido à diversidade de métodos, empreendedores sociais têm pressionado por uma padronização de métricas e mensurações.¹²⁸ A padronização, no entanto, mostrou-se difícil devido à falta de uma definição clara da economia social, bem como ao acesso limitado a recursos e à falta de prioridade dada à questão pelos governos. Contudo, mensurar a economia social é vital para que se possa promover suas práticas e resultados e informar os formuladores de políticas sobre as escolhas legislativas certas para a economia social.¹²⁹

Caso de implementação de política – European Social Enterprise Monitor

Um exemplo de sistema estruturado para mensurar a economia social é o European Social Enterprise Monitor (ESEM), criado e financiado em 2020 pela Comissão Europeia. O ESEM coleta insights de participantes sobre o empreendedorismo social e os disponibiliza a diferentes partes, como tomadores de decisão, funcionários do governo, investidores e pesquisadores. Isso confere transparência às necessidades e aos interesses das empresas na economia social e solidária, informa os tomadores de decisão no governo, na sociedade civil e na economia convencional e fecha a lacuna nos dados sobre empresas sociais.¹³⁰

Caso de implementação de política – Pesquisa da FJLES- Fundação José Luiz Egydio Setubal

O Departamento de Pesquisa da FJLES foi criado para promover pesquisas e criar pontes entre a academia e o ecossistema da filantropia sobre temas de Inovação Social no Brasil. Seu corpo científico tem se dedicado à produção de análises e evidências sobre as diversas temáticas da filantropia, além de promover a produção de pesquisas aplicadas em parcerias com universidades e outras organizações sociais.¹³¹

Caso de implementação de política – Quarto Mapa de Negócios de Impacto Social e Ambiental - 2023

A Pipe nasceu de uma pesquisa sobre negócios de impacto em educação e se lançou para o mercado com o primeiro Mapa de Negócios de Impacto Social+Ambiental. Desde 2016, desenvolvem diversos estudos sobre o setor de impacto socioambiental no Brasil, publicando mapeamentos, desenvolvendo taxonomias e ferramentas para apoiar o ecossistema e o empreendedor em sua jornada.¹³²

3.6 Duas prioridades políticas para recalibrar a economia dominante

Se estruturadas nos termos das duas mudanças identificadas, as cinco recomendações políticas acima são mais adequadas para promover a economia social, enquanto as duas recomendações a seguir são mais voltadas para a transformação e transição a partir da economia tradicional.

Muitos governos, empresas, organizações da sociedade civil e instituições multilaterais estão dedicando esforços para recalibrar a economia rumo a um futuro inclusivo e

sustentável. A economia social e os governos podem desempenhar um papel fundamental na concretização dessa transformação.

As duas prioridades políticas para se recalibrar a economia dominante são:

- Prestação de contas e taxonomia
- Inovação e modelos de negócio participativos



Melhorar a prestação de contas e adotar a taxonomia

A prestação de contas de práticas comerciais pode ser fortalecida por uma legislação que exija que empresas incluam demonstrações não financeiras como parte de suas obrigações anuais de prestação pública de contas. Essas legislações devem incluir os impactos das empresas e de suas cadeias de valor no meio ambiente, nos seus colaboradores e na sociedade em geral.

Na Malásia, por exemplo, todas as empresas listadas na bolsa são obrigadas a divulgar uma declaração de sustentabilidade em seus relatórios anuais. Nessa declaração, a empresa expressa seus pontos de vista sobre riscos econômicos, ambientais e sociais, bem como as oportunidades que possa estar visando. Isso fornece uma base para que potenciais investidores entendam melhor a abordagem da empresa às questões ASG.¹³³

Devido à sua configuração local, com frequência, empreendedores sociais estão em estreita

proximidade com suas partes interessadas e têm experiência na criação de um sistema de governança localizado e transparente.

Assim, governos podem se beneficiar a partir de suas percepções ao criar estruturas de apoio de prestação de contas, enquanto as empresas podem se beneficiar de parcerias com empresas sociais para atingir suas próprias metas ASG. Uma ampla gama de esforços e redes pode ser vista em todo o mundo, trabalhando na contabilidade do valor social e de impacto.¹³⁴

Os governos precisam desenvolver um sistema de taxonomia de apoio para atividades sustentáveis e sociais. Tal taxonomia – ou sistema de classificação comum – forneceria a empresas, investidores e formuladores de políticas categorias apropriadas para definir quais atividades econômicas podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis e socialmente responsáveis.



Apoiar a inovação e modelos de negócio participativos

Governos são incentivados a criar um ecossistema de apoio para catalisar a inovação social e inspirar modelos de negócio participativos. A colaboração entre empreendedores sociais e empresas tradicionais pode ajudar a criar mais modelos de negócio inovadores e orientados para propósitos para adoção por essas mesmas empresas tradicionais.

As estruturas de governança e perspectivas de negócios estão evoluindo. As empresas estão cada vez mais comprometidas com uma visão de longo prazo que, por sua vez, pode ser apoiada por uma abordagem baseada nas partes interessadas.¹³⁵ Empresas tradicionais podem se beneficiar com a experiência de empreendedores sociais na criação de práticas participativas e estruturas de governança.

Por outro lado, empreendedores sociais podem se beneficiar com inovações de empresas tradicionais.

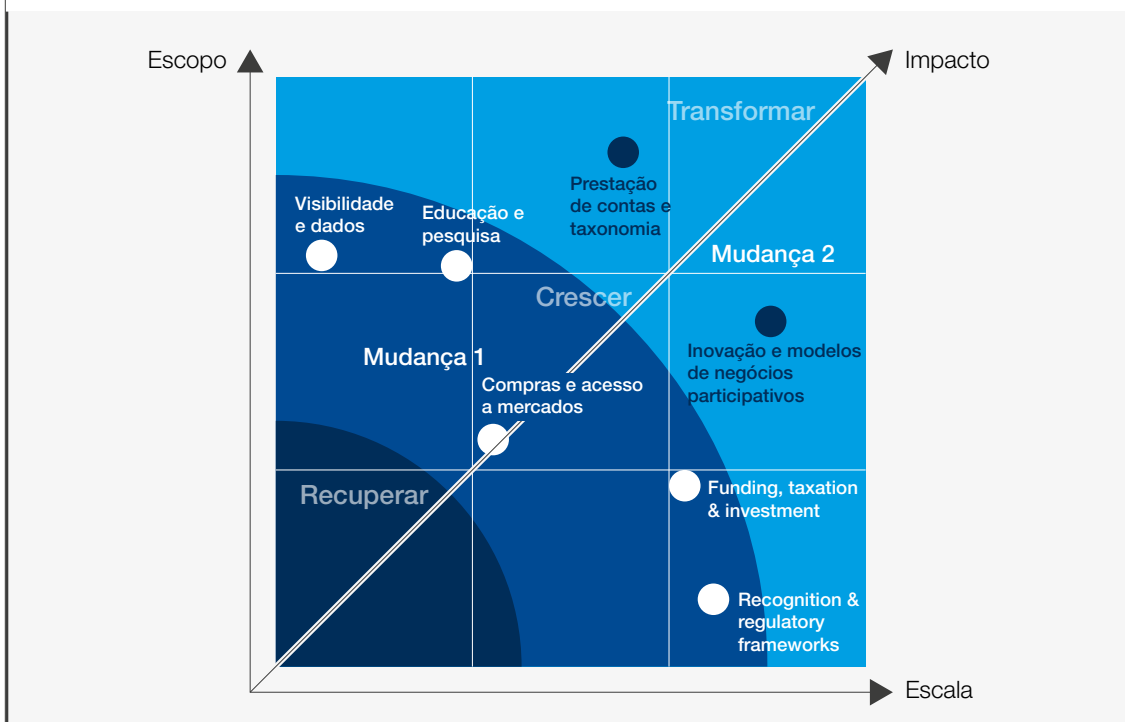
Um estudo de 2019 conduzido pelo The Social Good Accelerator (um movimento europeu para acelerar a transição tecnológica de organizações sem fins lucrativos da UE) analisou a necessidade de colaboração entre inovadores sociais e tecnológicos. O estudo constatou que 91% das organizações de utilidade social de toda a Europa expressou uma necessidade de melhorar suas capacidades técnicas. Elas também relataram que sua interação com inovadores da tecnologia resultou em um aumento de 78% em seu impacto social.¹³⁶

A colaboração entre empresas tradicionais e empreendedores sociais pode ter uma série de resultados, incluindo a incubação de novas empresas sociais.¹³⁷ Governos podem desempenhar um papel fundamental em facilitar esses intercâmbios por meio de plataformas, redes e sistemas de apoio com atribuições específicas para fortalecer essa colaboração.

Empresas sociais europeias

que melhoraram suas capacidades técnicas por meio da interação com inovadores da tecnologia relataram um aumento de 78% em seu impacto social

FIGURA 14: Prioridades políticas que permitem que as duas mudanças popularizem a economia social



Princípios orientadores na implementação da governança

Ao projetar políticas, os governos precisarão incluir medidas para prevenir a corrupção por meio de “lavagem social”, uma vez que alguns elementos políticos, como benefícios fiscais, podem ter efeitos adversos. Para a economia social e suas formas jurídicas, a concepção de políticas precisa ser flexível o suficiente para explicar essas diferenças nos modelos de negócio. Para isso, formuladores de políticas podem utilizar experimentos regulatórios – estruturas para testar políticas em menor escala antes de implementá-las de forma mais ampla.¹³⁸

A cocriação de políticas públicas é de grande importância. Políticas só são bem-sucedidas quando há uma forte apropriação de seus termos pelas partes interessadas. Criar soluções em conjunto com os principais participantes da economia social permitirá uma valiosa troca de experiências e ideias.

Além da concepção de políticas, os governos estão em uma posição única para criar ecossistemas de apoio para empreendedores sociais, compartilhando informações e dados, promovendo e exigindo treinamento para melhorar a compreensão de todos os participantes sobre as necessidades de empreendedores sociais e institucionalizando redes para ampliar as capacidades necessárias para catalisar a economia social.¹³⁹

A Figura 14 resume as diferentes prioridades políticas necessárias para que ambas as mudanças se concretizem. Cinco prioridades políticas ajudarão a conduzir a primeira mudança: reconhecimento e estruturas regulatórias; financiamento, tributação e investimento; educação e pesquisa; compras e acesso a mercados; e visibilidade e dados. Duas prioridades políticas ajudarão a conduzir a segunda mudança: prestação de contas e taxonomia; e inovação e modelos de negócio participativos.

4

Conclusão: a economia social desbloqueada

D esbloquear o potencial da economia social pode proporcionar um futuro inclusivo e sustentável para as novas gerações.

Foto: Evandrorigon



A economia social engloba um conjunto diversificado de participantes que operam em uma ampla gama de indústrias e geografias. Esses participantes compartilham a ambição de gerar um impacto social positivo e têm uma gestão que se molda a esse objetivo. Eles se esforçam para construir um setor econômico inclusivo, oferecendo oportunidades econômicas sustentáveis a comunidades marginalizadas e contribuindo para sociedades mais equitativas.

Empreendedores sociais são adeptos do pioneirismo e do codesenvolvimento de soluções sociais e ambientais inovadoras.¹⁴⁰ Eles capacitam e apoiam comunidades locais para que se desenvolvam e avancem, aumentando as possibilidades de emprego em mercados locais. Eles contribuem para uma transição sustentável rumo a uma economia verde por meio da sua abordagem baseada em valores. Empreendedores sociais estão acelerando uma transição digital inclusiva ao democratizar ferramentas digitais, aumentando o acesso a elas. Esses empreendedores também se mostraram resilientes durante crises, amortecendo impactos negativos nas comunidades.

Para construir um futuro mais resiliente, inclusivo e sustentável, governos e líderes comerciais em todo o mundo estão à procura de alternativas para a economia de hoje. Eles estão buscando soluções sustentáveis para desigualdades socioeconômicas interconectadas e riscos econômicos, ambientais, tecnológicos e geopolíticos globais. Empreendedores sociais atuam como fonte de inspiração para que governos e seus pares do setor privado demonstrem como economias e práticas comerciais podem se tornar mais inclusivas e sustentáveis.

Governos e líderes comerciais podem seguir um entre dois caminhos, cada um levando a resultados diferentes. Ou a economia social pode ser fortalecida e seus valores empregados para recalibrar a economia dominante em direção a um propósito, inclusão e resiliência maiores ou a economia dominante continua priorizando lucros em detrimento de pessoas e propósitos e concentrada no PIB, permanecendo frágil diante de choques futuros. Se as mudanças descritas neste relatório forem implementadas com sucesso, um cenário para uma futura economia global poderá ser visualizado nos moldes propostos abaixo.

Visão de uma nova economia global em 2030

Estamos em 2030. A economia social ampliou com sucesso seu impacto e papel nas transições verde e digital, moldando evoluções tecnológicas de maneiras novas e inclusivas. Coletivos e empresas sociais beneficiaram a sociedade, mitigando as consequências adversas não intencionais da mudança e maximizando benefícios sociais e ambientais positivos.

As universidades criaram novos cursos para inspirar visões mais claras sobre a economia social. Por sua vez, isso gerou novas taxonomias, um ambiente político mais otimizado e uma melhor compreensão pública das organizações orientadas para valores. Esse crescimento da conscientização atraiu e moldou jovens, novos líderes com habilidades para fazer a economia social crescer.

Ao fortalecer suas economias sociais, países evitaram trilhões de dólares em custos por meio de uma maior coesão social e pela mitigação de alguns dos impactos das mudanças climáticas. A mudança global para uma economia verde criou milhões de novos empregos e meios de subsistência em todo o mundo. A economia social tem desempenhado um papel fundamental na condução de uma transição justa e ecológica por meio do apoio a estratégias lideradas pela comunidade e baseadas no diálogo social, que aceleraram a criação de empregos inclusivos. Isso permitiu a requalificação em larga escala de pessoas para que liderassem a transformação digital das economias e se preparassem para as mudanças nas demandas de novas oportunidades de trabalho em todo o mundo.

Um efeito cascata induzido por empreendedores sociais fortes e um maior progresso no cumprimento das ODSs levou a um influxo de capital de investimento de impacto, criando um mercado de trilhões de dólares que exige que as empresas coloquem as pessoas, o planeta e o propósito antes do lucro. À medida que a escala da economia social cresce, seu impacto na recalibração dos modelos de negócio tradicionais continua a se aprofundar.

“ À medida que os modelos de empreendedorismo social continuam a ser bem-sucedidos, tanto do ponto de vista do impacto quanto do lucro, o setor privado tem cada vez mais começado a integrar impacto em seus modelos operacionais, que, todavia, ainda permanecem lucrativos. Quando isso acontece, as linhas entre empresas puramente sociais e empresas tradicionais que também criam um benefício social ficam cada vez mais desfocadas, o que é bom

– Sharon Thorne, Presidente Global da Deloitte

FIGURA 15: A economia social desbloqueada



O momento de direcionar nossas economias para tal cenário é agora. Será necessário um enorme esforço para que essa transição aconteça, mas as duas mudanças descritas neste relatório mostram o caminho a seguir. Abastecer essa transição exigirá quantidades substanciais de investimento de impacto, inovação visionária e liderança. A recompensa por esse esforço será desbloquear a economia social para concretizar o seu potencial pleno (Figura 15).

Os formuladores de políticas desempenham um papel vital na criação de um ambiente político de apoio para liberar esse potencial e concretizar ambas as mudanças. As principais áreas políticas para a primeira mudança incluem: criar reconhecimento e uma estrutura regulatória de apoio a empreendedores sociais; melhorar o acesso a financiamento e investimento; investir em educação e pesquisa; visar a economia social por meio de regulamentos para compras; e apoiar o setor com visibilidade e dados.

Para alavancar a economia social e multiplicar seu impacto na recalibração do sistema econômico existente, formuladores de políticas precisam

incentivar a inovação ao mesmo tempo em que fortalecem a prestação de contas e a governança em apoio a modelos de negócio orientados para o propósito. Viabilizar ambas as mudanças permitirá que formuladores de políticas avancem para além da resposta imediata à crise, criando um sistema socioeconômico do futuro, mais resiliente e inclusivo.

A estrutura sugerida permite que formuladores de políticas, governos, sociedade civil e empreendedores sociais trabalhem em conjunto para promover a economia social. O propósito do relatório é servir como ponto de partida para que desafios regionais, nacionais e específicos de determinados participantes sejam abordados em diálogos locais em todo o mundo. Nossa ambição deve ser impulsionar a ação, aumentando a conscientização e discutindo ativamente políticas globais, regionais e locais a fim de reduzir as barreiras comuns que impedem a economia social de atingir seu potencial.

Colaboradores

Fórum Econômico Mundial

François Bonnici, Diretor na Schwab Foundation for Social Entrepreneurship; Diretor de Inovação Social

Carolien de Bruin, Chefe da COVID Response Alliance for Social Entrepreneurs

Ida Jeng Christensen, Chefe de Engajamento e Desenvolvimento de Negócios no Centre for the New Economy and Society

Katerina Hoskova, Bolsista do Projeto COVID Response Alliance for Social Entrepreneurs

Veerle Klijn, Consultora-Chefe da Schwab Foundation for Social Entrepreneurship; Diretora de Políticas na Euclid Network

Till Leopold, Chefe de Prática de Soluções de Fronteira no Centre for the New Economy and Society

Pavitra Raja, Chefe de Programa e Engajamento na Schwab Foundation for Social Entrepreneurship

Edição e Design

Jonathan Walter, Editor

Jean-Philippe Stanway, Designer

Adam Gavin, Designer

Deloitte

Julius Hill, Sócio-Gerente para Organizações de Desenvolvimento Internacional

Pablo Mandelz, Gerente Sênior para Serviços Públicos e Governamentais

Clara Büchi, Consultora para Serviços Públicos e Governamentais

Catalyst 2030 Brasil

Monica Pasqualin, Co-chair do Catalyst 2030 Brasil

Gisela Solymos, Cofundadora do Centro de Recuperação e Educação Nutricional

Agradecimentos

Grupo de Trabalho sobre o Desbloqueio da Economia Social

Membros

Rodrigo Baggio, Presidente e Fundador da RECODE

Rowan Barnett, Diretor na Google.org

Esme Berkhout, Chefe de Economia Humana na Oxfam Novib

Jeroo Billimoria, Fundadora da One Family Foundation

Neelam Chhiber, Fundadora da Industree Foundation

Gerry Higgins, Diretor Administrativo do Social Enterprise World Forum

Shiv Kumar, Cofundador do Catalyst Group

Johanna Mair, Professora de Organização, Estratégia e Liderança na Hertie School, Stanford University

Geoff Mulgan, Professor de Inteligência Coletiva, Políticas Públicas e Inovação na University College London

Antonella Noya, Chefe da Unidade de Economia Social e Inovação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Kanika Pal, Chefe para o Sul da Ásia de Investimentos Comunitários e Programas de Sustentabilidade na Unilever

Luvuyo Rani, Diretor-Presidente da Silulo Ulutho

Krisztina Tora, Diretora de Desenvolvimento de Mercado no Global Steering Group for Impact Investment

Len Verwey, Chefe de Pesquisa na Motsepe Foundation

Vic van Vuuren, Diretor do Departamento de Empreendimentos da Organização Internacional do Trabalho

Hina West, Diretora do Nature Pays, do WWF

Suzanne Wisse-Huiskes, Diretora Executiva na Euclid Network

Jonathan Tsuen Yip Wong, Chefe de Tecnologia e Inovação na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico da Organização das Nações Unidas (UNESCAP)

Paula Woodman, Chefe Global de Empreendimento Social no British Council

Parceiros:

- Catalyst 2030
- Euclid Network
- Deloitte
- Motsepe Foundation

Notas Finais

- 1 Governo Federal do Brasil, Estratégia Nacional de Economia de Impacto – ENIMPACTO, 2018, <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto>
- 2 Global Impact Investing Network, 2021, <https://thegiin.org/>
- 3 A importância do Terceiro Setor no PIB do Brasil e suas Regiões” (FIPE; Movimento por uma Cultura de Doação, Sitawi Finanças do Bem), 2023,47.
- 4 “Investimentos de impacto no Brasil em 2020” (ANDE - Aspen Network of Development Entrepreneurs), 2022, pg 12
- 5 United Nations, Cooperatives in social development: report of the Secretary-General, 2017, <https://digitallibrary.un.org/record/1298696?ln=en>
- 6 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social economy and the COVID-19 crisis: current and future roles, 2020, https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135367-031kjiq7v4&title=Social-economy-and-the-COVID-19-crisis-current-and-future-roles
- 7 European Commission, Building an economy that works for people: an action plan for the social economy, 2021, <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=10117&furtherNews=yes#navItem-1>.
- 8 Ibid.
- 9 European Parliament, Social Economy, 2016, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578969/IPOL_STU\(2016\)578969_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578969/IPOL_STU(2016)578969_EN.pdf).
- 10 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Clarifying Social and Solidarity Economy Concepts for a Global Understanding, 2022, forthcoming.
- 11 European Commission, “Associations and foundations”, 2021, https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy-eu/associations-and-foundations_en.
- 12 International Labour Organization, “Cooperatives”, 2021.
- 13 European Commission, “Associations and foundations”, 2021, , https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy-eu/associations-and-foundations_en.
- 14 Ibid.
- 15 European Commission, “Mutual societies”, 2021, https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy-eu/mutual-societies_en.
- 16 Ibid.
- 17 Fritz, Joanne, “Limited Liability Companies (LLCs) vs. Nonprofits”, The Balance Small Business, 1 February 2021, <https://www.thebalancesmb.com/are-llcs-different-than-nonprofits-4590145>.
- 18 Ibid.
- 19 European Commission, “Social enterprises”, 2021, https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy-eu/social-enterprises_en.
- 20 Davoudi, L., McKenna, C. & Olegario, R., (2018), “The historical role of the corporation in society”, Journal of the British Academy, 2018, 6(s1): 17–47, <https://doi.org/10.5871/jba/006s1.017>.
- 21 Ibid.
- 22 World Economic Forum, Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation, 2020, <https://www.weforum.org/reports/measuring-stakeholder-capitalism-towards-common-metrics-and-consistent-reporting-of-sustainable-value-creation>.
- 23 CDP et al., Statement of Intent to Work Together Towards Comprehensive Corporate Reporting, 2020, <https://www.globalreporting.org/media/bixjk1ud/statement-of-intent-to-work-together-towards-comprehensive-corporate-reporting.pdf>.
- 24 Banks, Nicola and Hulme, David, The Role of NGOs and Civil Society in Development and Poverty Reduction, Brooks World Poverty Institute, University of Manchester, 2012, <https://ssrn.com/abstract=2072157>.
- 25 World Economic Forum, COVID-19 Action Agenda, Leaders on the Front Line: Why Social Entrepreneurs Are Needed Now More than Ever, 2020, https://www3.weforum.org/docs/COVID19_SocEnt_Alliance_Report_2020.pdf.
- 26 The Global Impact Investing Network (GIIN) updated its impact investment market sizing estimate to \$715 billion in 2019, with a compounded annual growth rate estimated at 9%. Source: Global Impact Investing Network, Annual Impact Investor Survey 2020, 2020, <https://thegiin.org/research/publication/impinv-survey-2020>.
- 27 Ibid.
- 28 Johnson, P., Global Philanthropy Report: Perspectives on the global foundation sector, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2018, https://cpl.hks.harvard.edu/files/cpl/files/global_philanthropy_report_final_april_2018.pdf?m=1524750312.
- 29 Marchant, Natalie, “Foreign aid hit a record high last year. Here’s what it means for the global recovery from COVID”,

- World Economic Forum, 23 April 2021, <https://www.weforum.org/agenda/2021/04/foreign-aid-2020-covid-19-oecd/>.
- 30 Global Steering Group for Impact Investment (GSG) and United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), Towards an Enabling Policy Environment for Impact Investment in Asia and the Pacific, 2020, <https://gsgii.org/reports/gsg-unescap-report-towards-an-enabling-policy-environment-for-impact-investment-in-asia-and-the-pacific/>.
- 31 British Council and United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), The state of social enterprise in South East Asia, 2021, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/the_state_of_social_enterprise_in_south_east_asia_0.pdf.
- 32 Global Steering Group for Impact Investment (GSG) and United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), Towards an Enabling Policy Environment for Impact Investment in Asia and the Pacific, 2020, <https://gsgii.org/reports/gsg-unescap-report-towards-an-enabling-policy-environment-for-impact-investment-in-asia-and-the-pacific/>.
- 33 United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), Policies to enable business innovation for inclusive and sustainable development, 2020, https://www.unescap.org/sites/default/files/CICTSTI_5_item%205b%20business%20innovation.pdf.
- 34 International Labour Organization, Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture, Third Edition, 2018, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf.
- 35 British Council and United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), The state of social enterprise in South East Asia, 2021, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/the_state_of_social_enterprise_in_south_east_asia_0.pdf.
- 36 British Council, Think Global, Trade Social, 2015, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/seuk_british_council_think_global_report.pdf.
- 37 British Council, Social enterprise and job creation in Sub-Saharan Africa, 2020, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_and_job_creation_in_sub-saharan_africa_final_singlepages.pdf.
- 38 Bosma, Niels et al., Special Topic Report – Social Entrepreneurship, Global Entrepreneurship Monitor, 2016, <http://www.gem-spain.com/wp-content/uploads/2015/03/gem-2015-special-report-on-social-entrepreneurship.pdf>.
- 39 Ministry of Trade and Industry, Ghana, Ghana Social Enterprise Policy, [Draft], 2017, <https://seghana.net/wp-content/uploads/2021/08/SE-Ghana-Policy-Draft-1.pdf#:~:text=The%20development%20of%20the%20Ghana%20Social%20Enterprise%20Policy,to%20the%20growth%20and%20development%20of%20the%20country.>
- 40 International Labour Organization, “Development of a Social Economy Policy in South Africa (Government of Flanders & National Economic Development Department of South Africa)”, 2021, https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/projects/WCMS_501549/lang--en/index.htm.
- 41 British Council, Social enterprise and job creation in Sub-Saharan Africa, 2020, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_and_job_creation_in_sub-saharan_africa_final_singlepages.pdf.
- 42 The Department of Trade, Industry and Competition (DTIC), Government of South Africa, “Green Paper on the Social and Solidarity Economy”, 2021, <https://www.socialeconomypolicy.org/paper/green-paper-on-the-social-and-solidarity-economy/view/social-economy-measurement-size>.
- 43 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social economy and the COVID-19 crisis: current and future roles, 2020, https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135367-031kjiq7v4&title=Social-economy-and-the-COVID-19-crisis-current-and-future-roles.
- 44 European Economic and Social Committee, Recent Evolutions of the Social Economy in the European Union, 2017, <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-en-n.pdf>.
- 45 European Parliament, What future for the social economy?, 2020, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI\(2020\)659336_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI(2020)659336_EN.pdf).
- 46 European Commission, Social Enterprises and their Eco-systems: Developments in Europe, 2016, <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=16376&langId=en>.
- 47 British Council, Social enterprise landscape in Morocco, 2020, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_landscape_in_morocco.pdf.
- 48 British Council, The state of social enterprise in Sudan, 2020, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/state_of_social_enterprise_in_sudan.pdf.
- 49 International Labour Organization, Social and Solidarity Economy and South-South and Triangular Cooperation in Latin America and the Caribbean: Contributions to Inclusive Sustainable Development, 2014, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_546401.pdf.
- 50 International Labour Organization, Public Policies for Social and Solidarity Economy: Assessing Progress in Seven Countries, 2017, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_582778.pdf.
- 51 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Chile: Policy Priorities for Stronger and More Equitable Growth, 2015, <https://www.oecd.org/chile/chile-policy-priorities-for-stronger-and-more-equitable-growth.pdf>.
- 52 International Labour Organization, Public Policies for Social and Solidarity Economy: Assessing Progress in Seven Countries, 2017, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/

wcms_582778.pdf.

- 53 Restakis, J., "Public policy for a social economy", Journal of Peer Production, 2015, <https://base.socioeco.org/docs/policy-for-a-social-economy.pdf>.
- 54 Supersolidaria, Superintendente de la Economía Solidaria habló sobre el presente y futuro del sector solidario, 2017, <http://www.supersolidaria.gov.co/es/sala-de-prensa/noticia/superintendente-de-la-economia-solidaria-hablo-sobre-el-presente-y-futuro-del#:~:text=La%20econom%C3%ADa%20solidaria%20representa%20cerca,detr%C3%A1s%2C%20como%20Colanta%2C%20Coopidrogas>.
- 55 Thomson Reuters Foundation, "The best countries to be a social entrepreneur 2019", 2019, <https://poll2019.trust.org/>.
- 56 Légis Québec, Social Economy Act, 2021, <http://legisquebec.gouv.qc.ca/en/document/cs/E-1.1.1>.
- 57 Benefit Corporation, "Why Pass Benefit Corporation Legislation", 2022, <https://benefitcorp.net/policymakers/why-pass-benefit-corporation-legislation>.
- 58 World Economic Forum, The Global Risks Report 2021, 16th Edition, 2021, https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf.
- 59 United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA), World Social Report 2020, 2020, <https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2020-2.html>.
- 60 Price, C. & Edwards K., Trends in Income From 1975 to 2018, RAND Corporation, 2020, <https://doi.org/10.7249/WRA516-1>.
- 61 Ferreira, F., "Inequality in the time of COVID-19", International Monetary Fund, 2021, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/06/inequality-and-covid-19-ferreira.htm>.
- 62 Oxfam, Inequality Kills: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19, 2022, <https://policy-practice.oxfam.org/resources/inequality-kills-the-unparalleled-action-needed-to-combat-unprecedented-inequal-621341/>.
- 63 International Labour Organization, Social and Solidarity Economy in Asia: A South-South and triangular cooperation perspective, 2015, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_366029.pdf.
- 64 Catalyst 2030 et al., New allies: How governments can unlock the potential of social entrepreneurs for the common good, 2021, https://catalyst2030.net/wp-content/uploads/2021_New-Allies_How-governments-can-unlock-the-potential-of-social-entrepreneurs-for-the-common-good_vpublish.pdf.
- 65 European Commission, Building an economy that works for people: an action plan for the social economy, 2021, <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=10117&furtherNews=yes#navItem-1>.
- 66 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social economy and the COVID-19 crisis: current and future roles, 2020, https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135367-031kjiq7v4&title=Social-economy-and-the-COVID-19-crisis-current-and-future-roles.
- 67 British Council, Social enterprise and job creation in Sub-Saharan Africa, 2020, https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_and_job_creation_in_sub-saharan_africa_final_singlepages.pdf.
- 68 International Labour Organization, The Contribution of the Social and Solidarity Economy and Social Finance to the Future of Work, 2019, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_739377.pdf.
- 69 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Women and the Social Economy (provisional title), 2022, forthcoming.
- 70 European Commission, Social Enterprises and their Eco-systems: Developments in Europe, 2016, <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=16376&langId=en>.
- 71 Bosma, Niels et al., Special Topic Report – Social Entrepreneurship, Global Entrepreneurship Monitor, 2016, <http://www.gem-spain.com/wp-content/uploads/2015/03/gem-2015-special-report-on-social-entrepreneurship.pdf>.
- 72 EnAble India, [Website], 2021, <http://www.enableindia.org/>.
- 73 World Economic Forum, The Global Risks Report 2021, 16th Edition, 2021, https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf.
- 74 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Policy Brief on Making the Most of the Social Economy's Contribution to the Circular Economy, 2022, <https://www.oecd.org/publications/policy-brief-on-making-the-most-of-the-social-economy-s-contribution-to-the-circular-economy-e9eea313-en.htm>.
- 75 Buratti, T. and Warnier, T., Green Deal and Social Economy: Issues and perspectives, Pour la Solidarité, 2020, https://www.ess-europe.eu/sites/default/files/cck-news-files/green_deal_and_social_economy_issues_and_perspectives_-_policy_paper.pdf.
- 76 Independent Commission for Sustainable Equality (ICSE), The Great Shift: From a broken world to sustainable well-being, 2021, https://www.socialistsanddemocrats.eu/sites/default/files/2021-10/progressive_society-icse_report_2021_final.pdf.
- 77 Mkwala, M., "Young people's role in building back better", World Bank Blogs, 3 September 2021, <https://blogs.worldbank.org/youth-transforming-africa/young-peoples-role-building-back-better>.
- 78 Katingan Mentaya Project, [website], 2021, <https://www.katinganproject.com/>.
- 79 World Economic Forum, The Future of Jobs Report 2020, 2020, https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of

- Jobs_2020.pdf.
- 80 World Economic Forum, The Global Risks Report 2021, 16th Edition, 2021, https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf.
- 81 Learning and Work Institute, Facing the future: Employment prospects for young people after Coronavirus, 2021, <https://www.princes-trust.org.uk/about-the-trust/news-views/2021-learning-and-work-research-launch-with-hsbc>.
- 82 Polish Economic Institute, Corona Generation: Growing Up in a Pandemic, 2021, <https://pie.net.pl/wp-content/uploads/2021/03/PIE-Corona-Generation.pdf>.
- 83 Mair, J., "Scaling innovative ideas to create inclusive labour markets", *Nature Human Behaviour*, 2, 884, 2018, <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0352-1>.
- 84 United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (UNTFSSSE), Platform Cooperatives: The Social and Solidarity Economy and the Future of Work, 2018, https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/06/Saner_Platform-Cooperatives_En.pdf.
- 85 Sama, [website], 2021, <https://www.sama.com/>.
- 86 The Economist, "What is the economic cost of covid-19?", 9 January 2021, <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/01/09/what-is-the-economic-cost-of-covid-19>.
- 87 Cutler D. M. and Summers L.H., "The COVID-19 Pandemic and the \$16 Trillion Virus", *JAMA*, 324 (15): 1495-1496, 2020, <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2771764>.
- 88 United Nations, The Sustainable Development Goals Report 2021, 2021, <https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2021.pdf>.
- 89 Ibid.
- 90 Schneiberg, M., "Organizational Infrastructures for Economic Resilience: Alternatives to Shareholder Value-oriented Corporations and Unemployment Trajectories in the US During the Great Recession", in *Organizational Imaginaries: Tempering Capitalism and Tending to Communities through Cooperatives and Collectivist Democracy (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 72)*, edited by Chen, K.K. and Chen, V.T., pp. 187-228, Emerald Publishing Limited, 2021, <https://doi.org/10.1108/S0733-558X20210000072008>.
- 91 Ibid.
- 92 Ibid.
- 93 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social economy and the COVID-19 crisis: current and future roles, 2020, https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135367-031kjiq7v4&title=Social-economy-and-the-COVID-19-crisis-current-and-future-roles.
- 94 United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (UNTFSSSE), 2020.
- 95 Schneiberg, M., "Organizational Infrastructures for Economic Resilience: Alternatives to Shareholder Value-oriented Corporations and Unemployment Trajectories in the US During the Great Recession", in *Organizational Imaginaries: Tempering Capitalism and Tending to Communities through Cooperatives and Collectivist Democracy (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 72)*, edited by Chen, K.K. and Chen, V.T., pp. 187-228, Emerald Publishing Limited, 2021, <https://doi.org/10.1108/S0733-558X20210000072008>.
- 96 World Economic Forum, UPLINK: Impact Report 2020-2021, 2021, https://www3.weforum.org/docs/WFEF_UpLink_2021_Impact_Report.pdf.
- 97 Global Steering Group for Impact Investment (GSG) and United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), Towards an Enabling Policy Environment for Impact Investment in Asia and the Pacific, 2020, <https://gsgii.org/reports/gsg-unescap-report-towards-an-enabling-policy-environment-for-impact-investment-in-asia-and-the-pacific/>.
- 98 Editora Mol, [website], 2021, <https://editoramol.com.br/english>.
- 99 European Investment Fund, 2021, https://www.eif.org/what_we_do/microfinance/easi/easi-guarantee-instrument/index.htm.
- 100 Esoko, [website], 2021, <https://esoko.com/>.
- 101 Impact Management Project, "How enterprises manage impact", 2021, <https://impactmanagementproject.com/impact-management/how-enterprises-manage-impact/>.
- 102 The British Academy, Principles for Purposeful Business, 2020, <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/224/future-of-the-corporation-principles-purposeful-business.pdf>.
- 103 Schwab, K. and Vanham, P., Stakeholder Capitalism: A Global Economy that Works for Progress, People and Planet, 2021, Wiley, <https://www.wiley.com/en-us/Stakeholder+Capitalism%3A+A+Global+Economy+that+Works+for+Progress%2C+People+and+Planet-p-9781119756132>.
- 104 Independent Commission for Sustainable Equality (ICSE), The Great Shift: From a broken world to sustainable well-being, 2021, https://www.socialistsanddemocrats.eu/sites/default/files/2021-10/progressive_society-icse_report_2021_final.pdf.
- 105 World Economic Forum, Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation, 2020, <https://www.weforum.org/reports/measuring-stakeholder-capitalism-towards-common-metrics-and-consistent-reporting-of-sustainable-value-creation>.

- 106 Catalyst 2030 et al., New allies: How governments can unlock the potential of social entrepreneurs for the common good, 2021, https://catalyst2030.net/wp-content/uploads/2021_New-Allies_How-governments-can-unlock-the-potential-of-social-entrepreneurs-for-the-common-good_vpublish.pdf.
- 107 Tony's Open Chain, [website], 2021, <https://www.tonysopenchain.com/>.
- 108 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social economy and the COVID-19 crisis: current and future roles, 2020, https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135367-031kjiq7v4&title=Social-economy-and-the-COVID-19-crisis-current-and-future-roles.
- 109 Van Dijk, S. et al., Social Enterprises as Influencers of the Broader Business Community, Social Enterprise NL, 2020, https://www.social-enterprise.nl/application/files/4116/0499/5322/Social_Enterprises_as_influencers.pdf.
- 110 Hindustan Unilever Limited, "Prabhat - Developing Sustainable and Inclusive Communities", 2021, <https://www.hul.co.in/planet-and-society/case-studies/prabhat-developing-sustainable-and-inclusive-communities/>.
- 111 1. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), "Local Employment and Economic Development (LEED Programme)", 2021, <https://www.oecd.org/employment/leed/>.
- 112 European Commission, "Commission presents Action Plan to boost the social economy and create jobs", 9 December 2021, <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&furtherNews=yes&newsId=10117>.
- 113 Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), ASEAN Socio-Cultural Community Blueprint 2025, 2016, <https://www.asean.org/wp-content/uploads/2016/04/8.-March-2016-ASCC-Blueprint-2025.pdf>.
- 114 Catalyst 2030 et al., New allies: How governments can unlock the potential of social entrepreneurs for the common good, 2021, https://catalyst2030.net/wp-content/uploads/2021_New-Allies_How-governments-can-unlock-the-potential-of-social-entrepreneurs-for-the-common-good_vpublish.pdf.
- 115 Independent Commission for Sustainable Equality (ICSE), The Great Shift: From a broken world to sustainable well-being, 2021, https://www.socialistsanddemocrats.eu/sites/default/files/2021-10/progressive_society-icse_report_2021_final.pdf.
- 116 Lex Mundi Pro Bono Foundation, Morrison & Foerster LLP, Legal reform as a catalyst for social enterprise: An international social enterprise law & policy report, 2022, <https://www.lexmundiprobono.org/social-enterprise-report/>
- 117 European Commission, "Social Economy Action Plan", 2021, <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1537&langId=en>.
- 118 European Commission, "EU action plan for social economy: About this initiative", 2021, https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12743-EU-action-plan-for-social-economy_en.
- 119 Lex Mundi Pro Bono Foundation, Morrison & Foerster LLP, Legal reform as a catalyst for social enterprise: An international social enterprise law & policy report, 2022, <https://www.lexmundiprobono.org/social-enterprise-report/>
- 120 raise Singapore Centre for Social Enterprise, [website], 2021, <https://www.raise.sg/>.
- 121 BNDES, Juntos pela Saúde, <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/parcerias/juntospelasaude>
- 122 Social Enterprise Academy, "Social Enterprise Schools", 2021, <https://www.socialenterprise.academy/scot/social-enterprise-schools>.
- 123 ICE, Inovação em Cidadania Empresarial, <https://ice.org.br/academia-ice/>
- 124 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Social Procurement for the Social and Solidarity Economy (provisional title), 2022, forthcoming.
- 125 European Commission, "Legal rules and implementation", 2021, https://ec.europa.eu/growth/single-market/public-procurement/legal-rules-and-implementation_en.
- 126 European Parliament, What future for the social economy?, 2020, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI\(2020\)659336_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI(2020)659336_EN.pdf).
- 127 Governo Federal do Brasil, PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2009, <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>
- 128 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), "Local Employment and Economic Development (LEED Programme)", 2021, <https://www.oecd.org/employment/leed/>.
- 129 The VISES Project, "Evaluating social impact: Why? How?", 2021, <http://www.projvetvisesproject.eu/EVALUATING-SOCIAL-IMPACT-WHY-HOW?lang=en>.
- 130 Euclid Network, "European Social Enterprise Monitor (ESEM): Closing the gap between social enterprises and EU decision-makers", 2021, <https://euclidnetwork.eu/portfolio-posts/european-social-enterprise-monitor-esem/#:~:text=Closing%20the%20gap%20between%20social%20enterprises%20and%20EU,society%20and%20the%20economy.%20Take%20the%20ESEM%20Survey>.
- 131 Fundação José Luis Egydio Setubal, Departamento de Pesquisa, <https://fundacaojles.org.br/departamento-de-pesquisa/>
- 132 Pipe Social, Quarto Mapa de Negócios de Impacto Social e Ambiental, 2023, <https://mapa2023.pipelabo.com/>
- 133 Lex Mundi Pro Bono Foundation, Morrison & Foerster LLP, Legal reform as a catalyst for social enterprise: An international social enterprise law & policy report, 2022, <https://www.lexmundiprobono.org/social-enterprise-report/>
- 134 <https://www.socialvalueint.org/>, <https://www.socialprogress.org/europe>

- 135 McKinsey & Company, “The case for stakeholder capitalism”, 12 November 2020, <https://www.mckinsey.com/business-functions/strategy-and-corporate-finance/our-insights/the-case-for-stakeholder-capitalism>.
- 136 The Social Good Accelerator, The cooperation between social utility and technology organisations in Europe: issues, impacts, obstacles and catalysts, 2019, <https://socialgoodaccelerator.eu/wp-content/uploads/2019/11/Exec-sum-En-BD-corr.pdf>.
- 137 European Parliament, What future for the social economy?, 2020, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI\(2020\)659336_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659336/EPRS_BRI(2020)659336_EN.pdf).
- 138 Lex Mundi Pro Bono Foundation, Morrison & Foerster LLP, Legal reform as a catalyst for social enterprise: An international social enterprise law & policy report, 2022, <https://www.lexmundiprobono.org/social-enterprise-report/>
- 139 Catalyst 2030 et al., New allies: How governments can unlock the potential of social entrepreneurs for the common good, 2021, https://catalyst2030.net/wp-content/uploads/2021_New-Allies_How-governments-can-unlock-the-potential-of-social-entrepreneurs-for-the-common-good_vpublish.pdf.
- 140 European Commission, “Social Economy Action Plan - Staff working document on the transition pathway” 2021



COMMITTED TO
IMPROVING THE STATE
OF THE WORLD

Comprometido em melhorar o estado do mundo, o Fórum Econômico Mundial é a Organização Internacional para a Cooperação Público-Privada.

O Fórum reúne os principais líderes políticos, empresariais e de outros setores da sociedade para moldar agendas globais, regionais e da indústria.

World Economic Forum
91–93 route de la Capite
CH-1223 Cologny/Geneva
Switzerland

Tel.: +41 (0) 22 869 1212
Fax: +41 (0) 22 786 2744
contact@weforum.org
www.weforum.org